



Eduardo Munhoz Svartman



Política externa e região em tempos de crise

méritos
editora

Eduardo Munhoz Svartman



Edição
Fac-similar

Política externa e região em tempos de crise

Passo Fundo

2006

méritos
editora

2006 - Versão livro em papel
2023 - Versão fac-similar em ebook/PDF

© Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua do Retiro, 846
Passo Fundo - RS
CEP 99074-270
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel
Editor

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998.

Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados o título da obra, o nome dos organizadores, da editora e os demais elementos de referência bibliográfica, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

S968p Svartman, Eduardo Munhoz

Política externa e região em tempos de crise /
Eduardo Munhoz Svartman. - Passo Fundo: Méritos,
2006. - 126 p.

1. Política externa - história 2. Relações internacionais
3. História política comparada I. Título

CDU: 327(09)

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Fernanda Miguellis CRB10/1241

2006 - Versão livro em papel - ISBN 85-89769-23-2

Impresso no Brasil

Os estudos que Eduardo Munhoz Svartman reúne neste *Política externa e região em tempos de crise* mantêm entre si relações estreitas em variadas formas de leitura. Constituem efetivamente um conjunto articulado de análise histórica, a demandar sua reunião em livro, para além de comporem o registro de uma fase da produção acadêmica de seu autor, sempre marcada tanto pelo rigor da pesquisa quanto pela qualidade do texto, o que já se prenunciava claramente desde os tempos da graduação na PUCRS.

A temática central a unificar o conjunto dos textos, complexa e já contando com larga bibliografia em pesquisas recentes e obras consagradas, é a política externa brasileira em um contexto de crise e de transformações, tão profundas quanto aceleradas, nos cenários mundial, regional e nacional. As análises aqui reunidas, perfeitamente à altura da complexidade do tema que enfrentam, serão certamente uma peça enriquecedora e valiosa daquela extensa bibliografia.

De fato, o binômio global-regional incidindo sobre as realidades nacionais – talvez o grande eixo analítico e conceitual do conjunto dos artigos –, pensado pelo autor

na conjuntura do entre-guerras e no imediato pós-1945, lança variadas luzes para o entendimento dessa intrínseca tensão, posta no tempo presente.

As reflexões aqui reunidas são uma referência muitíssimo consistente, e sem concessões para análises pré-concebidas, em qualquer discussão séria, no mundo acadêmico ou fora dele, sobre a questão multifacetada da cooperação (e dos conflitos) regionais em uma ordem internacional marcada pelo processo, igualmente complexo e contraditório, de globalização.

É assim que Eduardo Svartman, centrado no exame da inserção brasileira na região platina, no continente americano e no mundo, exhibe aqui sua maturidade como historiador, esgrimindo com segurança uma fundamentação teórica a um tempo clara e sofisticada e visitando diferentes e complementares metodologias, com destaque à direção comparativa.

Saúdo, pois, com grande satisfação e não sem uma ponta de orgulho como *velho professor*, esta publicação. Sendo o retrato de uma fase da obra de seu autor, ela é também o prenúncio de um futuro já presente.

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira
(PPG em História da PUC-RS)

Outono de 2006

Prefácio.....	5
Introdução.....	9
I. O regional nas relações internacionais: a experiência platina no século XX.....	11
<i>O regional nos anos de 1930 e 1945</i>	14
<i>O regional na Guerra Fria</i>	19
<i>O regional nos anos 1990</i>	25
<i>Considerações finais</i>	31
<i>Bibliografia</i>	33
II. Fascismo e política externa no Prata: elementos para uma comparação de idéias e atores na Argentina e no Brasil 1930-1945	35
<i>História e política comparadas</i>	35
<i>O cenário dos anos de 1930</i>	37
<i>Idéias e política na Argentina e no Brasil</i> ..	39
<i>Fascismo e política externa</i>	40

<i>Bibliografia</i>	50
III. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas.....	53
<i>A formulação das necessidades</i>	55
<i>A supremacia brasileira sobre a</i> <i>América Latina</i>	63
<i>O pan-americanismo brasileiro:</i> <i>pragmatismo exitoso</i>	86
<i>Bibliografia</i>	96
IV. As visões da elite diplomática brasileira em relação à Argentina: a problemática do caso argentino (1944).....	99
<i>Bibliografia</i>	123

Três capítulos deste livro já foram publicados em forma de artigo em revistas ou cadernos vinculados a programas de pós-graduação e o quarto capítulo foi publicado em anais de um encontro acadêmico. Em virtude da limitada divulgação desses meios e da necessidade de reunir uma produção um tanto dispersa para empregá-la em minhas atuais atividades docentes, optei por compor este pequeno livro, que de alguma maneira pretende ser uma espécie de guia introdutório às possibilidades de pesquisa das dimensões regionais da política externa brasileira do primeiro período Vargas.

Os textos foram elaborados ao longo de um período de dez anos e revelam diferentes preocupações no decorrer de minhas investigações sobre a política externa brasileira. Procurando dar uma coerência às mesmas, organizei este livro sem respeitar a ordem cronológica de redação dos textos, iniciando, assim, com o ensaio que identifica, num recorte cronológico bastante amplo, as diferentes configurações que o *regional* assumiu no espaço platino. O segundo capítulo consiste num exercício de história política comparada e avalia as repercussões

das idéias fascistas na formulação das políticas externas da Argentina e do Brasil. O terceiro capítulo, também centrado no campo das idéias políticas, reconstrói os elementos que informavam a elaboração da agenda de política externa do Brasil nos anos de 1930 e 1945. O último capítulo consiste numa investigação sobre as diferentes representações que os quadros responsáveis pela formulação e implementação da política externa brasileira na região produziram sobre a Argentina durante uma das várias crises que marcaram o período.

Ainda que os argumentos e a linguagem tenham sido preservados de acordo com as publicações originais, pequenas alterações foram feitas no sentido de harmonizar os textos e de se coibir sobreposições.

O *regional* nas relações internacionais: a experiência platina no século XX¹

O contexto das relações internacionais no final do século XX foi marcado por duas palavras de ordem: *globalização* e *regionalização*. O comércio internacional, as políticas dos Estados, das empresas, dos organismos internacionais multilaterais e das ONGs, bem como a mídia de forma geral produziram discursos e práticas sempre pautados por esse binômio quase inexorável. Apesar da amplitude das transformações do sistema de relações internacionais do pós-Guerra Fria, alguns traços mais fortes podem ser encontrados nesses dois chavões, esses traços, que freqüentemente são descritos como tendências, têm apontado para uma aceleração daquilo que nos anos de 1970 se chamava de “interdependência entre as economias” – sem que haja uma redefinição qualitativa entre os países centrais e os periféricos da economia industrial – e pela redefinição de espaços e da noção de soberania dos Estados nacionais.

Nos últimos anos, o tema específico da globalização tem sido intensamente debatido tanto na academia quan-

¹ Publicação original de jun. 1999, revista *História: debates e tendência*, v. 1, n. 1.

to na imprensa de forma geral, havendo uma extensa produção em torno dele. Todavia, os processos de regionalização e, de forma mais ampla, as questões ligadas às definições e redefinições do que seja o regional têm sido objeto de análises mais limitadas. Aparentemente essa limitação contrasta com a própria intensidade dos processos em curso particularmente visíveis, como a União Européia, NAFTA, APEC, ASEAN e o Mercosul, o que envolve diretamente o Brasil. Nessas discussões não se costuma levar em conta dois aspectos cruciais para um entendimento mais amplo da questão. O primeiro desses aspectos diz respeito ao fato de que a regionalização das relações internacionais não se limita à formação de *blocos econômicos* ou de *áreas de livre comércio*, mas envolve também a efetivação de um espaço específico, com políticas públicas, interesses e instituições públicas e privadas de ação no plano internacional – local ou geral – que conferem a uma determinada região as peças que se inter-relacionam, formando o xadrez que condiz com a especificidade da própria região.

Ora todos os países de determinada região, de uma forma ou outra, relacionam-se entre si formando uma determinada realidade *regional*, no que se refere a questões políticas, econômicas, militares etc. Porém, pode-se falar em *regionalização* quando o grau de interação e interdependência das peças desse xadrez aumenta de forma significativa aos países que compõem esse espaço específico, sendo isto consequência de políticas conscientemente implementadas ou de processos socioeconômicos autônomos. Ou seja, a questão da regionalização das relações internacionais é bem mais complexa do que normalmente se discute, na medida em que não se restringe ao contexto internacional que comumente se chama de “globalizado”.

Em princípio, podem se esboçar incontáveis tipos de regionalizações específicas e diferenciadas nas relações internacionais. No plano estratégico, por exemplo, a criação de alianças regionais de defesa do Ocidente no início da Guerra Fria pautou um perfil de interação e de interdependência – assimétrica – bem característico, no qual as decisões relativas a investimentos, orientações e emprego de armas convencionais ou estratégicas eram tomadas por órgãos compostos por todos os países-membro. Assim, a defesa da Europa ocidental era tarefa de todos os países que faziam parte da OTAN, todavia a assimetria de poder em favor dos Estados Unidos sancionava (e ainda hoje sanciona) a supremacia de Washington sobre seus aliados europeus. No plano econômico, a CECA e mais tarde a CEE,² para manter os exemplos no cenário europeu, sancionaram um outro perfil de regionalização, no qual os dois atores principais (Alemanha e França), no mesmo contexto de Guerra Fria, criaram políticas comuns e organismos supranacionais que lhes habilitaram fazer frente à supremacia econômica do seu aliado-rival norte-americano. Nesse sentido, pode-se observar que a regionalização das relações internacionais não é apenas cooperativa e integradora, mas também pode envolver o dissenso e a rivalidade, bem como relações de dominação.

Esses elementos, por sua vez, ensejam o segundo aspecto que é comumente relevado nas discussões sobre regionalização, que é a dimensão conceitual do problema. Afinal de contas, *o que se regionaliza, onde* estão os limites do regional e *como* se define esse espaço diferenciado entre as nações? Diante de tais problemas, esse artigo pretende mostrar, por meio de três experiências históricas distintas, que o espaço regional no âmbito das relações internacionais é construído a partir de linhas de

² Respectivamente, Comunidade Econômica do Carvão e do Aço e Comunidade Econômica Européia, etapas iniciais da atual União Européia.

ação dos Estados e das sociedades; e que *regionalização* e *regionalismo* têm mudado bastante de significado ao longo do tempo. Para tanto, abordar-se-ão as formas com que a diplomacia brasileira pensou e atuou na bacia do Prata durante os anos de 1930 e 1945, durante os anos da Guerra Fria e por fim nos anos de 1990. Cada um desses três momentos históricos marcam diferentes estágios de desenvolvimento econômico – especialmente do Brasil –, diferentes sistemas de relações internacionais, diferentes projetos nacionais e, conseqüentemente, diferentes configurações de regional.

O regional nos anos de 1930 e 1945

À semelhança dos anos 1990, o período compreendido entre a década de 1930 e a metade dos anos de 1940 foram marcados por uma profunda crise na economia mundial e por uma redefinição do sistema de relações internacionais. A velha ordem liberal, marcada pela hegemonia inglesa, ruía com a quebra da bolsa de Nova York e com a emergência de novas potências que rivalizavam entre si uma inserção predominante que lhes permitiria moldar a nova ordem mundial conforme seus projetos e interesses. Esse tenso cenário, que culminou numa conflagração generalizada a partir de 1939, acumulava várias alternativas para superar a grande depressão. De um lado, os Estados Unidos acenavam com a liberalização do comércio mundial como forma de restabelecer os níveis de comércio internacional anteriores a 1929, de outro lado, a Alemanha, Itália e Japão empreendiam um duplo processo de expansão territorial e de estabelecimento de acordos comerciais privilegiados com parceiros estratégicos. Para completar o cenário, as velhas potências apertavam os laços com suas colônias

e a grande alternativa que então se vislumbrava ao capitalismo consolidava-se com a industrialização da URSS. Em torno desses centros blocos que antecipavam o conflito armado começaram a ser construídos e nessas águas turbulentas países periféricos, como o Brasil e seus vizinhos platinos, eram obrigados a navegar com extrema cautela, porém não sem malícia.

As profundas mudanças econômicas e políticas que alteravam o cenário internacional afetaram também o Brasil, forçando uma redefinição de sua política externa e de seu projeto econômico. Nesse sentido, o Brasil abandona a doutrina das vantagens comparativas que lhe restringia a economia basicamente à primária exportação e dá início a um projeto de diversificação econômica e de industrialização. Conseqüentemente, essa redefinição influencia também sua percepção e suas relações com a região. Os formuladores e executores da política externa brasileira desse período construíram a ação internacional do Brasil a partir de alguns pressupostos bastante nítidos: modernização e supremacia regional na América Latina.

Essa modernização, no plano interno, passava por uma redefinição do papel do Estado, que se tornaria o agente impulsionador da industrialização, da gestão das novas relações trabalhistas e da reafirmação do poder central sobre as oligarquias regionais. No plano externo, o Brasil manteve seu tradicional discurso de defesa da paz, do direito de soberania e autodeterminação dos povos e de resolução negociada de conflitos, mas tratou de empreender um acelerado processo de modernização e reequipamento das suas forças armadas. Essa questão atendia tanto às demandas internas do Estado Novo, que tinha em setores do exército um de seus principais pontos de apoio, quanto às do contexto internacional de crescente

escalada da rivalidade e de conflitos, inclusive na região platina com a guerra do Chaco entre 1932 e 1935.

Empreendimentos da envergadura de uma reestruturação das forças armadas num país periférico e ainda longe de ter uma planta industrial consolidada não deixam margens para casualidades. As decisões são embasadas em doutrinas e operam sempre com o apoio de um aliado com *status* de potência – que é antes de tudo fornecedor de armas e equipamentos – e com uma visão clara de quem seja o inimigo em potencial. Em torno da definição desses dois fatores, o Brasil foi alinhavando e implementando a sua política externa para a Região Platina. Enquanto foi possível, a diplomacia brasileira explorou as rivalidades entre as potências e procurou barganhar condições de comércio, capitais para investimentos na indústria de base e fornecedores de armamentos modernos. A partir da eclosão do conflito mundial em 1939 e do posterior engajamento norte-americano em 1941, a potência aliada do Brasil foram os EUA. Tendências que antes se esboçavam desde aquele momento consolidavam-se no estabelecimento do xadrez regional das Américas e do Prata em particular. Os EUA redobram seus esforços para agregar todos os países do continente em torno das suas bandeiras de defesa da democracia e do pan-americanismo contra o totalitarismo, o Brasil (depois de um período de ambigüidade que lhe permite barganhar com Washington) incorpora o discurso norte-americano e procura exercer um papel de liderança regional ou de aliado preferencial na região. A partir de então, nos diferentes contextos de definição e redefinição do regional no Prata, a presença dos Estados Unidos sempre foi marcante na composição das forças.

Com base no substrato razoavelmente sólido da aliança com os EUA, o Brasil passou a receber uma

quantidade significativa de armamentos, que, apesar da formação da Força Expedicionária, eram direcionados não contra uma remota ameaça das potências do eixo, mas contra o tradicional rival regional que sempre esteve nos estudos de estratégia militar como sendo a hipótese de conflito mais provável: a Argentina. Na visão dos formuladores e executores da política externa brasileira, a supremacia militar na região, a aliança com os Estados Unidos no âmbito do pan-americanismo e o arranque rumo à industrialização credenciavam o país como um ator de primeira grandeza no contexto regional. O que poderia levar a diante os velhos sonhos de transformar os países menores da região em mercados consumidores e em aliados políticos em face do tradicional rival argentino.

Nesse período, acelerou-se a rivalidade entre Argentina e Brasil, especialmente a influência a ser exercida sobre Paraguai e Bolívia, países considerados fiéis da balança do poder regional. Essa disputa era alimentada por interesses econômicos bastante concretos, como o escoamento do comércio desses países mediterrâneos, que poderia ocorrer através do porto de Buenos Aires ou dos portos de Santos e Paranaguá, mas também por outros interesses mais remotos, como a possibilidade de consolidar esses países como mercados consumidores preferenciais. Embora o discurso oficial de todos os atores regionais fosse sempre o da cordialidade e o da mútua amizade entre países, nos bastidores as decisões eram tomadas em grande medida com base em teorias geopolíticas e no mútuo monitoramento da situação econômica, militar e política que os dois rivais empreendiam um ao outro.

A importância política e estratégica do espaço regional para os países em questão era bastante significativa, porém diferenciada. Os Estados Unidos, que jogavam um

xadrez mundial, pretendiam formar na América Latina uma retaguarda consolidada sob sua hegemonia, em função disso reativaram o discurso do pan-americanismo e capitanearam o isolamento da Argentina no continente quando esta recusou-se a romper relações diplomáticas com o eixo em 1942, isolamento esse que interessava ao Brasil. A Argentina, por seu turno, tentava tecer formas de apoio na região que evitassem seu isolamento e minimizassem os avanços brasileiros nos setores bélico e industrial. Nesse sentido é que se deram os esforços de aproximação com o Paraguai e a Bolívia em diferentes conjunturas e o esforço de lançar doutrinas continentais alternativas às encabeçadas pelos EUA. Apesar dos temores norte-americanos e brasileiros, a capacidade de a argentina levar adiante as velhas pretensões expansionistas de retomar as antigas fronteiras do Vice-Reinado do Prata não passava de retórica nacionalista, devidamente inflacionada pelo contexto da época e pelas pressões externas. No entanto, a diplomacia brasileira via a região como um espaço de disputa que poderia deteriorar-se até em conflito armado, sendo que o adversário era a Argentina e a influência sobre os demais países da região o objeto da disputa. Já os países que gravitavam ora mais próximos de um ou de outro pólo, viam no regional ao mesmo tempo o perigo de sofrer intervenções, veladas ou não, dos dois grandes vizinhos em seus processos políticos internos, como aconteceu à Bolívia em 1943, e uma possibilidade de tirar proveito econômico, como a Bolívia também o fez, conseguindo créditos da Argentina para construção de uma ferrovia que a ligara ao Prata, e créditos do Brasil para outra ferrovia que a conectou a Corumbá e dali ao porto de Santos. A configuração do espaço regional nesse momento foi, então, marcada pela influência das doutrinas geopolíticas e por uma profunda rivalidade. Apesar da importância política da esfera

regional para Brasil e Argentina, o peso econômico era ainda pouco representativo, especialmente no que se refere às trocas comerciais.

O regional na Guerra Fria

O cenário internacional que emerge em 1945 é marcado por dois elementos bastante característicos. O primeiro é o rearranjo da correlação de poder das potências capitalistas, com a projeção incontestada dos EUA à condição de superpotência e detentor, nos primeiros anos, do monopólio das armas nucleares. Nesse contexto, uma nova ordem econômica é implementada nos demais países industriais, calcada na expansão do modelo keynesiano e das mercadorias norte-americanas. Essa nova ordem pretendia assegurar a estabilidade do sistema com políticas internas de redistribuição de renda e com instituições internacionais destinadas a evitar crises externas, tais como o GATT, o Banco Mundial e o FMI, e, no plano da segurança, a ONU. Toda essa estrutura pousava seus alicerces na estabilidade do dólar, devidamente lastreada em ouro. De uma forma ou de outra as contradições mais contundentes entre potências capitalistas haviam sido equalizadas, e esses países passaram a ver um período de aproximadamente 30 anos de crescimento econômico e estabilidade política.

O segundo elemento do cenário internacional pós-1945 é a consolidação não mais de um país isolado, a URSS, mas de um bloco inteiro de países que abandonaram o sistema capitalista e que, a partir de 1949 com a revolução chinesa, poderiam se expandir de uma forma não prevista nas conferências que definiram as fronteiras européias em 1945. Mesmo que a União Soviética não nutrisse qualquer possibilidade de expansão territorial

ou de apoio consistente às forças revolucionárias internacionais logo após a devastação sofrida com a II Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra começaram a alimentar a tese do perigo da subversão comunista e do expansionismo de Moscou. A difusão dessa idéia manteve o nascente complexo industrial-militar norte-americano mobilizado e forneceu à diplomacia de Washington a legitimidade para catalisar em torno de si um bloco formado pelas demais potências capitalistas, suas colônias e demais países periféricos capitalistas, como os da América do Sul. Nascia, então, a Guerra Fria.

A dinâmica das relações no espaço regional latino não ficou imune a esse novo cenário. De fato, a segurança coletiva contra agressões do eixo se converte na segurança hemisférica contra a subversão e o comunismo internacional, que se materializa na implantação do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca – TIAR – assinado em 1947. A adesão quase que unânime ao bloco ocidental (apenas a Argentina peronista falava em “terceira posição”), as demandas políticas e econômicas da reconstrução européia e o deslocamento da Guerra Fria para o Oriente com a revolução chinesa e a guerra da Coreia relevaram a América Latina numa condição bastante secundária no cenário internacional e na carteira de investimentos e projetos de ajuda norte-americanos. Diante disso, o perfil das relações regionais no Prata é moldado a partir do comportamento de Argentina e Brasil em relação aos Estados Unidos. Tal comportamento oscilava ora com acenos ou cooperação efetiva no plano regional, sempre numa órbita excêntrica àquela proposta por Washington, ora com alinhamentos estritos à potência e com o consequente refluxo da importância das relações regionais.

A situação de relativo abandono de investimentos e empréstimos norte-americanos à região levou a uma

série de iniciativas no plano regional que gradualmente deram a tônica das relações de cooperação regional. Assim em 1954 Perón flertou com Vargas a possibilidade de estabelecer um pacto regional envolvendo Argentina, Brasil e Chile, que se desdobraria numa união aduaneira “ABC”. Tal iniciativa esteve longe de se concretizar em função das sérias restrições internas que sofrera, especialmente no Brasil, mas apontou para a possibilidade do fortalecimento de laços regionais como instrumento de pressão junto aos EUA, o que acentuou as reservas dos diplomatas desse país com o nacionalismo e o populismo no continente.

Conforme avançava a década de 1950, a diminuição dos preços internacionais dos produtos primários e as crescentes necessidades de importação decorrentes do processo de industrialização levavam vários países do continente a uma situação de impasse e de estrangulamento de seus processos econômicos. Frente a isso o Brasil tomou a iniciativa com duas redefinições bem objetivas de sua política externa. A primeira, no governo Juscelino Kubitschek, é a Operação Pan-Americana – OPA – que contou com apoio aberto da Argentina de Frondizi. Tratava-se de uma ambiciosa proposta de cooperação hemisférica contra a miséria e a penetração de *ideologias exóticas* – leia-se *comunismo* – e em favor do desenvolvimento. Em síntese, argumentava que só a cooperação internacional, reativando o pan-americanismo, poderia fortalecer os mercados regionais e as economias latino-americanas, o que era a chave para se eliminar uma convulsão social e/ou uma revolução na América Latina. Embora a OPA fosse mais um instrumento de barganha junto aos EUA na obtenção de recursos e melhores condições para o desenvolvimento, ela obteve algumas medidas concretas em favor do incremento das

relações regionais. Com aval da OEA e de Washington, criou-se o Banco Inter-americano de Desenvolvimento – BID – e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC.

A segunda iniciativa brasileira, agora com um perfil mais amplo, foi a Política Externa Independente – PEI –, lançada no governo Quadros e continuada por Goulart, a qual tinha um conteúdo universal que pautava a refuta da divisão mundial em dois blocos, a abertura comercial para os novos países independentes e para o bloco soviético. No plano regional, frisava a importância da cooperação e proclamava a liberdade de cada país buscar por si o desenvolvimento. A iniciativa teve boa acolhida na Argentina, manifesta no encontro de Frondizi e Quadros e na assinatura do Acordo de Amizade e Consulta Mútua, que pretendia sepultar definitivamente as rivalidades regionais. Mais uma vez as inflexões da política interna e a pressão norte-americana foram responsáveis pelo esvaziamento da cooperação regional no Prata. A deposição de Frondizi na Argentina e a instabilidade e subsequente derrubada do governo Goulart no Brasil assinalaram o crescente fortalecimento do poder militar na região e um redirecionamento das políticas externas dos dois principais países da região.

Assim encerra-se o ciclo de cooperação dos anos do populismo, que moldou um perfil de relações regionais que acenavam claramente para um maior grau de integração econômica e política e para um distensionamento entre os atores. Todavia, a sua real implementação foi limitada em decorrência de seu caráter de barganha frente aos EUA e das próprias pressões da Guerra Fria que ele tentava explorar. Até o final dos anos de 1960 viveu-se um refluxo na importância da esfera regional os países do cone sul.

Sob o mesmo manto da Guerra Fria, o espaço regional foi consideravelmente redefinido a partir de uma outra correlação de projetos econômicos e políticos que os diferentes governos militares da América Latina implementavam. No novo contexto do autoritarismo, o regional configurou-se novamente como espaço de disputa pela supremacia regional entre Brasil e Argentina. Contudo, o nível dessa disputa era substancialmente diferente daquele que se processara no período anterior. Agora era a Argentina e não o Brasil que se alinhava com os EUA, e o patamar de desenvolvimento das forças produtivas já era nitidamente favorável ao Brasil, que dispunha de um parque industrial bem mais amplo e complexo que o argentino, podendo suportar com relativa margem de manobra as pressões norte-americanas.

Essa redefinição que leva a um novo incremento nas relações regionais, tanto de cooperação quanto de rivalidade, é desencadeada pelo abandono brasileiro do alinhamento automático com os EUA e pela retomada dos princípios universalistas e pragmáticos da PEI a partir do governo Costa e Silva. Fosse com o *nacionalismo de fins* ou com o *pragmatismo responsável*, o Brasil pretendia alargar laços com outros mercados e elevar sua presença na região. Somavam-se às pretensões econômicas brasileiras, na qual a política externa exercia um papel complementar ao projeto de desenvolvimento, a retomada das velhas doutrinas da geopolítica regional e a intenção de fazer do país uma grande potência, o que despertava temores nos vizinhos, especialmente na Argentina. Nesse novo contexto, os militares de Buenos Aires procuravam consolidar seu país como “país chave” na região, guardião das virtudes ocidentais e cristãs contra a insurreição comunista e contra desvios no alinhamento com o centro hegemônico. Essa posição, imbuída de uma geopolítica

já bastante conhecida, credenciaria a Argentina a exercer uma influência regional que recomporia o espaço do antigo Vice-Reino do Prata.

Diante da intensificação das relações pautadas pelo dissenso com a Argentina, o Brasil adota uma política de incremento da regionalização. O pragmatismo da política externa brasileira não impediu o apoio a movimentos militares conservadores entre os vizinhos, praticados em moldes semelhantes aos argentinos. Todavia, uma política de cooperação econômica e estratégica é posta em prática a partir de uma série de acordos bilaterais que envolviam, por exemplo, a compra de gás da Bolívia e carvão da Colômbia. O ápice desses acordos e das tensões com a Argentina se deram em torno da construção de Itaipu em parceria com o Paraguai. De forma genérica, essa cooperação bilateral visava incrementar os laços de interdependência entre os signatários em condições de negociação bem mais favoráveis que em organismos multilaterais e (para o Brasil) consolidar mercados consumidores para os seus novos produtos industriais e serviços exportados.

Apesar da rivalidade, o período registrou também iniciativas no sentido de institucionalizar organismos de cooperação eminentemente regionais, como o Tratado da Bacia do Prata em 1969, que pretendia equalizar tensões entre os dois principais atores regionais, e o Tratado da Bacia Amazônica em 1978, que oportunizava uma aproximação do Brasil com o Pacto Andino. Do ponto de vista brasileiro, que não era menos influenciado pela geopolítica que o argentino, houve uma tentativa bastante peculiar de redefinição do espaço regional quando o governo Médici passou a advogar a expansão do mar territorial para uma distância de 200 milhas da costa e passou a considerar, no plano discursivo, os países afri-

canos como os vizinhos da outra margem do atlântico. Tratava-se de uma tentativa, um tanto ousada, de abrir um novo flanco para as relações internacionais do Brasil.

Essa configuração do espaço regional pautada pela Guerra Fria, mas conduzida por governos militares ditatoriais, incrementou tanto as relações cooperativas quanto as de rivalidade. O que aparenta ser um contra-senso, na verdade é a materialização do caráter dual, ou mesmo dialético, que as diferentes formas de operacionalização da regionalização carregam consigo. Tal contexto estende-se até meados da década de 1980, quando uma nova realidade internacional e regional começa a se esboçar.

O regional nos anos 1990

A década de 1990 certamente será lembrada como uma das mais intensas do século XX. De uma forma ou de outra, ela é o ápice de vários processos históricos que culminaram em eventos altamente significativos, como a dissolução da União Soviética em 1991, a retomada da supremacia mundial norte-americana frente ao Ocidente e o ressurgimento dos nacionalismos na Europa oriental, no mesmo contexto em que a Alemanha se reunifica e que a União Européia consolida-se com a implementação da moeda única em 1999. É também a década em que o liberalismo, enquanto doutrina econômica, torna-se novamente uma ideologia dominante e difunde-se especialmente sobre aqueles países do Terceiro Mundo, que nos anos de 1970 clamavam por uma nova ordem econômica internacional mais justa às nações pobres.

A Guerra Fria acaba, Estados fragmentam-se e novos blocos se formam, tantas mudanças na esfera política assinalam outras mudanças igualmente profundas no

conteúdo das relações internacionais e na economia mundial. De fato, nos anos de 1990 torna-se bastante visível que o capitalismo está entrando numa outra fase, marcada por um novo salto decorrente da revolução tecnológica da informática. O cenário econômico mudou sensivelmente com a diminuição do custo e do tempo das comunicações, das demandas por matérias primas tradicionais e por mão-de-obra. A produção industrial descola-se das limitações locais e passa a operar em cadeias produtivas internacionais, ou globais, voltadas a uma comercialização também global. O fator tecnológico torna-se o elemento decisivo na capacidade das unidades produtivas colocarem-se no mercado com preços competitivos, o que, de um lado, torna as indústrias de informática, biotecnologia e materiais os novos setores de ponta e, de outro, torna a mão-de-obra massificada cada vez menos relevante na atividade produtiva. Esse processo, já bastante avançado em países centrais, leva acaba com o sonho do pleno emprego – e do pleno consumo – e impõe a necessidade de se buscar novos mercados numa espécie de fuga para frente. Os pesados investimentos que essa nova produção de alta tecnologia requer gerou um novo ciclo de concentração do capital através de fusões e incorporações de empresas e ainda um outro ciclo de financeirização do sistema com a desregulamentação dos mecanismos de circulação internacional do capital financeiro.

Todas essas mudanças atingem em cheio aos países da Região Platina. Os projetos de desenvolvimento da América Latina como um todo, que já haviam entrado em compasso de desilusão com a crise da dívida nos anos de 1980, são considerados esgotados por completo na década seguinte. Diante desse cenário extremamente desfavorável, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai assinam em 1991 o Tratado de Assunção, que institucionaliza

o Mercosul e redefine de forma substancial o espaço regional. A criação do Mercosul é, ao mesmo tempo, um desdobramento e uma inflexão de um processo de integração levado a cabo pela Argentina e pelo Brasil desde meados da década anterior.

Trata-se de um desdobramento na medida em que os governos democráticos de Alfonsín e Sarney já vinham implementando um esforço de aproximação mútua, decorrente da profunda crise econômica e financeira em que se encontravam. Essa aproximação inicial, que culminou no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, consistia numa primeira redefinição do *regional*, pois, diante da penúria econômica, colocava de lado as mútuas pretensões hegemônicas e buscava coordenar uma política comum para as negociações que se desenrolavam na Rodada Uruguai do GATT. Paralelamente, a falência do sistema interamericano preconizado pelos EUA, consequência do seu apoio à Inglaterra na Guerra das Malvinas em 1982, e a inexistência de contenciosos reais entre Brasil e Argentina, faziam dessa aproximação uma possibilidade de elevar o poder de barganha internacional num contexto em que o discurso terceiro-mundista se esvaziava. À exceção da Comunidade Econômica Européia, não se falava na época em formação de blocos, no entanto lançavam-se as bases, num contexto bastante adverso, para a formação de um no Cone Sul.

Por outro lado, a criação do Mercosul é também uma inflexão, pois pela primeira vez institucionaliza um espaço econômico com um progressivo grau de interdependência e, em especial, de livre circulação de mercadorias num ambiente de unificação aduaneira. O grau de regionalização cooperativa das relações econômicas tem sido crescente, observável no aumento das trocas e dos investimentos entre os países membros do Mercosul.

Há também uma inflexão no perfil dessa integração que abandona progressivamente, não sem conflitos externos e pressões internas, os mecanismos de proteção dos mercados domésticos que caracterizavam o modelo anterior de desenvolvimento.

Tanto a primeira etapa da integração quanto a segunda, que institucionaliza o Mercosul, concebem um espaço regional específico e sobretudo com um mercado muito bem delineado. Entretanto, toda essa arquitetura sempre teve em perspectiva uma melhor inserção no mercado internacional e junto aos tradicionais clientes do Brasil e da Argentina, em particular. Essa melhor inserção, na estratégia dos formuladores da política de integração, é possível a partir das condições razoavelmente controláveis e negociáveis que um ambiente de unificação progressiva do mercado regional permite. Esse espaço ensejaria a modernização e melhor aproveitamento dos recursos instalados e da capacidade de investimento do setor produtivo. Além disso, acredita-se, o Mercosul atuando enquanto bloco com um considerável PIB pode melhor negociar uma colocação de seus produtos no mercado internacional do que seus membros em separado. Tudo isso aponta para o fato de que, em grande medida, as relações econômicas regionalizam-se em busca da construção de uma economia mais dinâmica como plataforma comum para melhor enfrentar a globalização. Esse novo espaço regional que ora se constrói consiste, então, numa tomada de fôlego que permite assegurar um mercado comum, oxigenar as economias e aproveitar a capacidade sinérgica mútua com uma forma totalmente original. Entretanto, mantém ainda os tradicionais vínculos de dependência financeira, tecnológica e dos mercados do hemisfério norte.

Apesar de o Mercosul ser o emblema de um contexto regional de cooperação único na história dos países plati-

nos, nem tudo é consenso. Além das penosas negociações em torno dos produtos que compõem listas de exceção e que contam com subsídios nacionais, não há uma unificação nas políticas externas desses países, manifesta, por exemplo, nas reticências argentinas quanto às pretensões brasileiras em ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em grande medida, essa debilidade – que expressa também a assimetria de poder entre os quatro membros iniciais do bloco – faz do Mercosul uma força política na arena internacional muito pouco representativa pois, apesar do incremento das relações econômicas regionais, cada país fala por si em termos de política exterior. O xadrez regional dos anos de 1990 avançou, portanto, de forma significativa na cooperação e integração econômicas, além de colocar de lado as visões fundadas na geopolítica, mas não foi capaz de ensejar um consenso mais consistente na esfera política.

Esse dado é bastante relevante na configuração do espaço regional no que tange às relações com os Estados Unidos. O fim da Guerra Fria representou também o final de um importante instrumento de barganha internacional dos países latino-americanos em geral e do Brasil em particular. À diferença dos tempos da OPA e da PEI, não se pode mais negociar auxílio econômico ou vantagens comerciais com os EUA em nome do combate ao comunismo internacional. A margem de manobra restringiu-se mais ainda quando o novo eixo dos investimentos internacionais passou a girar em torno da Europa oriental e, especialmente, dos chamados “Tigres Asiáticos”. Nessa conjuntura, o Mercosul teve consideráveis dificuldades, enquanto bloco, de fazer frente à contrapartida norte-americana, que vem a ser o desdobramento do NAFTA na Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Mais uma vez a potência hegemônica, numa espécie de

reatualização da Doutrina Monroe, estabelece um instrumento que visa diluir o peso dos organismos regionais, ou considerados sub-regionais, intra-latino-americanos em favor de um outro de caráter continental. Desde 1991, com a *Iniciativa para as Américas*, do governo George Bush, passando pela Cúpula de Miami em 1995, está estabelecida uma complicada disputa no continente em torno da definição dos limites do *regional* e do grau e tipo de integração econômica que dele decorre.

Os novos limites do *regional* estão ainda longe para serem traçados em definitivo – se é que tal definição seja possível – no entanto, as forças atuantes nesse processo estão todas colocadas. De um lado, os países do Mercosul, especialmente aqueles que possuem um parque industrial representativo pretendem retardar a implantação da ALCA temendo que vários setores de suas economias não sobrevivam à concorrência norte-americana, porém não podem simplesmente dar as costas ao maior mercado nacional do mundo que, não por acaso, é também o seu maior credor, investidor e freqüentemente comprador. Em função disso o Mercosul tenta negociar uma integração entre os dois agrupamentos regionais que desarme as medidas de protecionismo disfarçadas em barreiras sanitárias, ecológicas e técnicas impostas pelos países do norte. Por outro lado, vários setores da economia norte-americana e do Canadá temem a abertura se seus mercados para mercadorias confeccionadas ou cultivadas em países com maior produtividade ou ainda com regime de trabalho ou políticas fiscais e ambientais permissivas que permitem preços bastante competitivos. O *lobby* protecionista de determinados segmentos da economia nos Estados Unidos tem reforçado bastante essa visão, o que não implica no abandono da ALCA, que diante da União Européia e do dinamismo das economias

orientais representa uma importante reserva aos EUA. Isso faz com que, dependendo da conjuntura, acene-se a determinados países do sul, sempre em separado, com a possibilidade de integração ao NAFTA, o que não deixa de ser uma estocada para enfraquecer o Mercosul. Nesse aspecto o caso do Chile é emblemático. Apesar dos discursos, freqüentemente festivos, sobre a globalização e o caráter cooperativo do novo regionalismo, o espaço regional no Prata ainda é, embora de forma diferenciada, um espaço de disputa.

Considerações finais

A breve análise das três constelações históricas distintas em que o Brasil se inseriu em dinâmicas de regionalização de suas relações políticas e econômicas revela alguns elementos que perpassam todas essas dinâmicas, independentemente de suas especificidades. Esses elementos, que em cada contexto articulam-se de forma diferenciada, são essenciais para uma discussão conceitual ou, pelo menos, para o entendimento do tipo de regionalização das relações internacionais que se processam em determinada conjuntura no Prata.

O primeiro deles é a indiscutível presença norte-americana que, seja através do pan-americanismo, do TIAR, OEA, ou da ALCA, sempre procurou forçar o deslocamento das dinâmicas regionalizantes para a esfera continental, na qual pode exercer com maior legitimidade sua hegemonia. O segundo elemento vem a ser a progressiva satelitização dos países de menor envergadura na região. Esse processo opera tanto na esfera geopolítica, vide disputas entre Brasil e Argentina pela ascendência sobre Paraguai, Uruguai e Bolívia, quanto na econômica, expressa, por exemplo, no fato de o Brasil sozinho repre-

sentar 55% das exportações oficiais do Paraguai em 1998. Isso demonstra também a assimetria, crescente, entre os atores envolvidos na dinâmica regional, de forma que o Brasil desde os anos de 1930 e 1940 desponta como a economia mais dinâmica. O quarto elemento vem a ser que a regionalização das relações cooperativas costuma ser intensificada pelos países do Prata, sobretudo em conjunturas de crise onde o cenário internacional lhes é desfavorável. Pode-se observar isso na OPA e na PEI, quando os investimentos externos minguavam na região, na construção da Itaipu em formato bi-nacional, durante a crise do petróleo ou na própria criação do Mercosul, quando os modelos de desenvolvimento alcançaram seus limites no limiar dos anos 1990. Esses esforços que de fato redefinem sensivelmente o espaço e as relações regionais, são em grande medida também instrumentos de pressão que visam aumentar ou recuperar o poder de barganha frente aos centros da economia e do poder mundial, especialmente frente aos Estados Unidos. Essa característica dos diferentes processos de regionalização no Cone Sul é um sério limitador quanto a possibilidade de desdobramentos mais concretos no sentido de fortalecer o poder regional face aos centros do sistema internacional ou de deslocar o eixo da dependência em relação aos Estados Unidos.

Esses quatro elementos que permeiam a construção do *regional* no Prata devem ser entendidos na dinâmica específica das relações internacionais da América Latina no século XX, nada garante a sua operacionalidade em outro contexto espacial ou temporal. E deve-se observar também que em cada um dos três momentos da análise deste ensaio – anos 1930 e 1940, Guerra Fria e década de 1990 – os referidos elementos tiveram dinâmicas e pesos diferenciados.

Com base nessas observações, pode-se ponderar que nas relações internacionais o conceito de regional e suas

fronteiras são definidos e redefinidos ao longo do tempo pelo poder – político e econômico materializados nos Estados e demais atores das relações internacionais – de maneira que uma formulação absoluta ou definitiva de regional parece pouco produtiva para o historiador. O entendimento do que significa, no discurso e na prática, aquilo que se chama de “regional”, “regionalismo” ou “regionalização” numa determinada constelação histórica pode ser bem mais esclarecedor, pois revela intenções, projetos, conflitos e mesmo tendências que nela se esboçam. Conforme visto anteriormente, cada realidade histórica específica tem um xadrez regional também específico que traduz elementos cooperativos e conflitivos entre os atores e é o jogo dessas forças que desenha os limites desse espaço, as suas funções e o que ele representa para cada país que o integra e para os demais. Em síntese, uma construção histórica do conceito de *regional* e de *regionalismo* se mostra mais eficaz no esforço de compreender estruturas e revelar nuances dos processos históricos vivenciados do que uma abstração universal.

Bibliografia

AMORIM, Celso L.; PIMENTEL, Renata S. A América Latina diante da regionalização e do multilateralismo. *Contexto Internacional*, v. 15, n. 2, jul.-dez. 1993. p. 175-192.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.

COSTA, Wanderley M. da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (Orgs.). *Regionalism in world politics – Regional organization and international order*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HIRST, Monica. Obstáculos ao governo regional no hemisfério ocidental: velho regionalismo na nova ordem mundial. *Política Externa*, v. 4, n. 2, set. 1995. p. 95-122.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, v. 17, n. 1, jan.-jun. 1995. p. 23-59.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RAPOPORT, Mario. *Argentina y Brasil en el Mercosur: políticas comunes y alianzas regionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

SILVEIRA, Helder V. *Integração latino-americana: projetos e realidades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

SOUTO MAIOR, Luiz A. América Latina: o regionalismo continental revisitado. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2), 1996. p. 107-124.

Fascismo e política externa no Prata: elementos para uma comparação de idéias e atores na Argentina e no Brasil 1930-1945³

História e política comparadas

O desenvolvimento de pesquisas comparadas nos campos de investigação da história, da ciência política e da sociologia já se estruturou a ponto de, em diferentes universidades, institucionalizarem-se disciplinas que reivindicam para si um lugar epistemológico próprio. São a história comparada, a política comparada e a sociologia histórica, cuja metodologia é eminentemente comparativa. A emergência dessa área de estudos, por um dever de ofício interdisciplinar, tem fornecido uma via metodológica alternativa para o esgotamento dos chamados “grandes paradigmas” das ciências sociais, na medida em que freqüentemente propõe-se a investigações de alcance macroestrutural e a formular modelos que dêem conta de processos políticos amplos como a formação dos Estados, modernização ou revoluções, sem contudo derivá-los de um esquema teórico universal.

³ Publicação original de 2005, anais da II Jornadas de História Regional Comparada, realizadas na PUC-RS.

Pelo contrário, os estudos comparados têm abandonado concepções universais a respeito do que seja a política em favor dos sentidos atribuídos pelos agentes em cada período ou formação histórica.

Não se trata de um relativismo exacerbado ou de um multiculturalismo ingênuo. Bertand Badie e Guy Hermet registram que desde as descolonizações da África e da Ásia pode-se observar que a adoção de modelos institucionais importados do Ocidente não garante que o funcionamento da política naqueles continentes se dê nos mesmos termos e seguindo os mesmos padrões que se presumiam que fosse o da “dinâmica” ocidental. Mesmo adotando modelos institucionais do Ocidente, os países africanos não tinham sua política reduzida a estes, apresentando mecanismos de hibridação e de apropriação e invenção que põem em dúvida uma matriz ocidental.⁴ Constatações dessa natureza teriam levado a um duplo processo, de um lado o desenvolvimento de estudos monográficos sobre as dinâmicas *extra-ocidentais*. De outro lado, conduziu ao desenvolvimento da chamada “nova sociologia histórica do Estado e do político” de Moore, Bendix, Tilly e Anderson, cujas diferentes pesquisas apontam para a percepção de que o que era considerado universal era apenas uma trajetória de desenvolvimento político. “Assim, Estado, nação, democracia representativa, espaço público e sociedade civil são categorias da história ocidental que erroneamente se consideram conceitos universais”.⁵

⁴ BADIE, Bertand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 19.

⁵ Ibidem. p. 20. Para as obras mais representativas desses autores, ver MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996; TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996; ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A busca por modelos capazes de lidar com – ou a partir das – diferenças e singularidades das *variações reais* estudadas assumem particular importância na América Latina, em virtude do caráter distinto das formações sociais e políticas e da inserção internacional dos países da região em face do Ocidente e dos países que emergiram depois de 1945. Por isso, um estudo comparado da influência de uma ideologia *importada* do cenário europeu, como o fascismo, requer parâmetros que dêem conta da dinâmica dessa importação pelos diferentes segmentos das sociedades e da esfera política argentina e brasileira que mobilizaram ou se pautaram por uma estreita afinidade com esse corpo de idéias totalitário. Barrinton Moore procurou demonstrar que o fascismo não é apenas uma bandeira, mas uma via para a modernização. Esse caráter, que promete uma modernização nacionalista rápida, militarizada e reacionária – por bloquear a organização política autônoma da sociedade – foi empregado por determinados segmentos como uma alternativa à crise do liberalismo oligárquico e primário-exportador tanto na Argentina quanto no Brasil, tendo, como se verá adiante, importantes desdobramentos na política externa regional. Os sentidos atribuídos ao fascismo e os usos de sua retórica e da aproximação com os países do eixo devem, portanto, ser apreendidos na especificidade da comparação dessas dinâmicas.

O cenário dos anos de 1930

A década de 1930 foi sem dúvida alguma um dos períodos de maior radicalização política da história recente do ocidente. Num cenário de crise econômica, crescente rivalidade militar e de tensões sociais acentuadas pelo espectro de uma revolução socialista, o corpo de idéias,

valores e práticas políticas liberais foi rapidamente descreditado por movimentos e regimes que davam consistência a um ambiente político autoritário. Experiências abertamente antiliberais e antidemocráticas, como os regimes fascista da Itália e nazista da Alemanha, tornavam-se referências paradigmáticas para movimentos e entusiastas não só na Europa como também na América Latina. A influência dessas experiências no continente latino-americano converteu-se em movimentos de massa, como o *sinarquismo* no México e o *integralismo* no Brasil, ou em iniciativas mais localizadas – muitas restritas às colônias de descendentes de italianos ou alemães – as quais geraram um grande número de pequenos partidos e organizações de cunho fascista.

Embora poucos movimentos fascistas tenham conseguido firmar raízes mais profundas na América Latina e seja, ainda, muito polêmico atribuir o epíteto de “fascista” a algum regime do continente,⁶ a penetração de idéias fascistas em instituições como as forças armadas foi uma realidade e desencadeou uma série de tensões no corpo do Estado de sociedades em profunda transformação, como foi o caso da Argentina e do Brasil. Diante disso, este texto procura avaliar alguns aspectos da penetração de idéias fascistas nos quadros dos exércitos argentino e brasileiro, bem como suas repercussões na condução da política externa desses países. A penetração do fascismo e do chamado “germanismo” foi significativa nas forças armadas de ambos os países e expoentes associados a essas correntes, os quais, apesar importantes, nunca foram unânimes, mas conseguiram galgar os mais altos postos da hierarquia militar e da magistratura civil, como o caso de Perón e Dutra. Não se trata, portanto, de se analisar movimentos ou

⁶ TRINDADE, Héglio. *Interpretações do fascismo na América Latina*: contribuição para o estudo do fascismo extra-europeu. Porto Alegre, 2000. (Mimeo.).

regimes fascistas, mas de perceber como uma parte dos meios dirigentes militares foi sensível às idéias fascistas. Embora essas idéias estivessem presentes também nos meios civis, o período compreendido entre os anos de 1930 e 1945 é marcado por uma forte atuação política das forças armadas na América Latina, tanto no apoio à facções civis em disputa pelo poder, quanto na condução direta dos negócios de Estado.

Idéias e política na Argentina e no Brasil

A penetração e difusão de idéias fascistas nas forças armadas da Argentina e do Brasil deu-se a partir da existência de um ambiente político e intelectual anti-liberal e favorável ao autoritarismo e, ainda, a partir do estabelecimento de laços de cooperação, comércio e propaganda entre esses países e os regimes que vigoravam na Itália desde 1922 e na Alemanha desde 1933. No Brasil, desde os anos de 1920 que a política liberal vinha sendo fortemente contestada por movimentos como o tenentismo e por uma crescente produção intelectual de inclinação nitidamente autoritária.⁷ Toda uma geração de intelectuais brasileiros engajou-se num projeto para repensar a identidade e as instituições nacionais, sendo que boa parte dessa geração rejeitava a democracia representativa e propunha modelos de sociedade alicerçados

⁷ Essa produção é discutida por LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. III O Brasil republicano. v. 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978. A dimensão a receptividade das idéias autoritárias pode ser avaliada em TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 98 et seq. Para o desdobramento do debate na década seguinte, ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

no fortalecimento do Estado, no imperativo nacional e numa visão hierárquica de sociedade a ser dirigida não exatamente por políticos, mas pelos verdadeiros conhecedores da realidade nacional, os próprios intelectuais.⁸ Na Argentina, que desde 1916 vinha experimentando um jogo político mais plural, o liberalismo oligárquico também foi criticado por várias correntes de intelectuais que tinham em comum um forte elemento nacionalista.⁹ Ainda nos anos de 1920, uma das correntes revisionistas da historiografia argentina reabilita a figura do velho caudilho platino, Juan Manoel Rosas, como um contra-herói em face dos liberais. Paralelamente, setores civis, representados pelo poeta nacionalista Leopoldo Lugones, começam a clamar por intervenção militar como única alternativa à anarquia. Nesse cenário, em que os fundamentos econômicos e políticos do sistema liberal oligárquico argentino são progressivamente abalados, desenvolve-se um forte nacionalismo de direita que se mostrará muito sensível ao discurso fascista.¹⁰

Fascismo e política externa

Em ambos os países a década de 1930 inicia sob o manto de governos com forte participação militar e de orientação política profundamente antiliberal e autoritária; no caso argentino, o governo do general Uriburu já

⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 15.

⁹ Para essa questão ver NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

¹⁰ HENNESSY, A. Fascism and populism in Latin America. In: LAQUEUR, W. *Fascism: a reader's guide. Analysis, interpretations, bibliography*. Berkeley: University California Press, 1976. p. 274; SIGAL, Silvia. *Intellectuels, culture et politique*. In: _____. *Le rôle politique des intellectuels en Amérique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine*. Paris: L'Harmattan, 1996.

tenta impor um Estado corporativo nos moldes fascistas. Uma série de publicações de orientação nacionalista, corporativista, fascista e anti-semita entra em circulação tanto no Brasil – onde algumas delas contavam com financiamento da embaixada alemã – quanto na Argentina, ao passo que a propaganda fascista propriamente dita complementava o cenário através de livros, jornais e emissões internacionais de rádio.

Do ponto de vista estritamente militar, os laços de cooperação de Argentina e Brasil com Alemanha e Itália foram bastante reforçados nos anos de 1930. Vários grupos de oficiais fizeram estágios e cursos na Europa, e a Argentina, em particular, acolheu uma pequena porém influente missão militar alemã no início da década. Muitos oficiais voltavam de seus estágios sensibilizados não apenas com os avanços tecnológicos e estratégicos dos exércitos italiano e alemão como também com os regimes daqueles países, vistos como disciplinadores e sempre mobilizados à guerra. Não por acaso, vários acordos especiais de compra de armamentos foram estabelecidos nesse período, de maneira que, até a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, a grande referência de eficácia militar para os oficiais argentinos e brasileiros era alemã ou italiana e, para muitos deles, essa eficácia estava diretamente associada às ditas “virtudes nacionalistas”, dirigistas e mobilizadoras dos regimes nazi-fascistas.

Um dos mais eloquentes exemplos de oficiais de orientação fascista dessa geração é o do general Bautista Molina. Após ter servido como adido militar na embaixada argentina em Berlim e de ter coordenado a compra de armamentos da Alemanha, Molina retorna a Buenos Aires e dá início a uma intensa militância política. Colaborador de Uriburu no golpe de 1930, o general preside a organização paramilitar Alianza de la Juventud Na-

cionalista, de forte inspiração nazista. Em 1936 assume a Escola de Suboficiais no Campo de Mayo e inicia uma conspiração militar contra o presidente Agustín Justo. Contando com apoio de camaradas de 1930, esboça um manifesto que prega sindicatos corporativistas, nacionalização do Banco Central e dos transportes, limitação dos juros, salário família, libertação nacional e a supremacia do Estado na comunidade nacional e internacional.¹¹ A tentativa de golpe foi neutralizada pelo presidente antes mesmo de torna-se pública, mas indica que os militares de orientação fascista, embora completamente descolados de um movimento de massas e sem constituir maioria no oficialato, eram uma força política relevante nos quadros do Estado argentino. O prestígio dos oficiais de inclinação fascista, ou pelo menos germanófilos na Argentina, pode ser medido pelas sucessivas eleições de oficiais dessa inclinação à presidência do Círculo Militar a partir de 1937.¹²

Essa crescente influência fascista, sempre sobreposta a vários tipos de nacionalismos, começa a ter influência na política externa argentina. Trata-se do caso do chanceler do governo Ramon Castillo, Ruiz Guinazú, conhecido por suas inclinações germanófilas e por ser simpatizante do regime franquista.¹³ Sua atuação até a deposição do governo em 1943 deu-se no sentido de manter a neutralidade argentina em face da II Guerra Mundial mesmo após a adesão dos EUA e a ruptura de relações diplomáticas com o eixo por quase todas as república latino-americanas em março de 1942. Embora vários segmentos da sociedade argentina se articulassem em iniciativas antifascistas, como a *Acción Argentina*, a

¹¹ POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina (1928-1945): de Irigoyen a Peron*. Buenos Aires: Suadmericana, 1980. p. 144 et seq.

¹² *Ibidem*, p. 175.

¹³ CONIL PAZ, A.; FERRARI, G. *Política exterior argentina – 1930-1945*. Buenos Aires: Huemul, 1964. p. 78.

política de neutralidade encontrava apoio em setores do exército e de grupos civis nacionalistas.

Nesse quadro que se desenha, os EUA passam a pressionar de várias formas a Argentina para que abandone a neutralidade, que, apesar de contar com apoio velado da Inglaterra, temerosa de ver seu abastecimento ainda mais fragilizado pelos submarinos alemães, era considerada pelos norte-americanos como uma posição pró-eixo. Internamente, a situação argentina não era menos tensa: estado de sítio, intervenções nas províncias e a imposição de um candidato oficial questionado por segmentos civis e militares redundaram num golpe militar em 1943. A adesão de muitos militares ao golpe não decorria apenas de restrições ao candidato à sucessão de Castillo, mas às bases liberais da vida argentina. Muitos viam nos regimes totalitários da Alemanha e Itália e especialmente na ditadura de Franco na Espanha um modelo para reorganização da Argentina. Opostos à ruptura da neutralidade e hostis a um governo popular – considerado o primeiro passo ao comunismo –, esses oficiais de inclinação ideológica fascista viam no regime militar a única salvação para a Argentina.¹⁴

A influência fascista no novo governo militar era significativa. As pastas da Justiça e Instrução Pública ficavam a cargo de um civil, o ultracatólico e anti-semita Gustavo Zuviría. A pasta do Interior ficara a cargo do general Luis Perlinguer, pró-alemão, anticomunista e antiliberal. De forma geral, o governo evolui para uma ditadura semelhante ao modelo espanhol de Franco: medidas repressivas foram tomadas contra opositores liberais e organizações estudantis foram dissolvidas

¹⁴ POTASH, Robert, op. cit., p. 265 et seq.

enquanto a censura e a restrição a reuniões passaram a vigorar em todo país. Essa radicalização autoritária de um regime extremamente instável e marcado por uma luta política interna muito forte entre as diferentes frações da coalizão militar que formava o Grupo de Oficiais Unidos, o GOU, levou os norte-americanos a acentuar ainda mais as pressões sobre a Argentina. Diante das pressões de Washington, o GOU passa a considerar a neutralidade como um símbolo da soberania argentina, mobilizando o sentimento nacionalista da oficialidade em favor da manutenção da neutralidade. Paralelamente, setores do exército dão início a um esforço diplomático secreto para obter armas da Alemanha para contrabalançar as pressões norte-americanas e o rearmamento brasileiro.

Com o mesmo intuito de reverter o seu isolamento e a projeção regional do Brasil, levada a cabo sob discurso do pan-americanismo e a anuência dos EUA, a Argentina passa a intervir nos países vizinhos tentando construir para si uma zona de influência. Essa intervenção chegou a se concretizar, inclusive, no apoio a um golpe de Estado na Bolívia, o que, juntamente com a descoberta de documentos secretos relativos à compra de armas da Alemanha, permitiu aos EUA forçar o governo argentino a romper relações diplomáticas com o eixo. A reação dos setores nacionalistas e fascistas mais radicais foi a de afastar o general Ramirez em favor de seu vice, o general Farrell, desencadeando uma nova crise internacional que, a rigor, só termina em 1945. Em grande medida, parte da penetração fascista nas forças armadas e na condução da política externa argentina desse período foi alimentada pelo nacionalismo e pelas tensões com os Estados Unidos, que a todo custo queriam uma reversão da política neutralista.

Para se compreender a crescente influência fascista no oficialato argentino e a adoção de uma política externa cada vez mais favorável às potências do eixo, mesmo quando a guerra já estava em grande parte definida em favor dos aliados, é necessário ter-se presente uma série de fatores. O primeiro aspecto é que essa influência nunca foi total ou homogênea, mesmo depois de 1943, nacionalistas de vários matizes e fascistas de diferentes colorações tiveram que compor com outros setores das forças armadas. Outro aspecto muito importante é que, apesar da crise geral do liberalismo e da instabilidade política interna, que gerava temores de anarquia no exército, não se desenvolveu na Argentina um movimento fascista de proporções consideráveis, de modo que essas idéias estavam circunscritas ao oficialato e a alguns intelectuais civis que não representavam uma ameaça à manutenção do poder, como foi o caso dos integralistas no Brasil. Os setores mais radicais do exército também foram favorecidos com a mobilização do nacionalismo dos demais oficiais e com a perspectiva de levar adiante um projeto um tanto vago de revitalização da Argentina, que passava pelo estabelecimento de nova ordem interna *disciplinada* e por uma projeção da sua influência regional. Em momento algum os sucessivos governos argentinos proclamaram-se fascistas, ainda que muitos de seus integrantes tivessem assimilado idéias fascistas e que a sua política externa tenha sido favorável ao eixo, tratavam-se de governos autoritários sintonizados mais com o ambiente antiliberal da época do que com o fascismo propriamente dito.

Já no Brasil, a presença das idéias fascistas no exército esteve associada às crises que levaram ao seu banimento, em parte devido à existência de um movimento fascista de massa que procurou tomar o poder pela via

armada.¹⁵ Da mesma forma que os militares argentinos, os brasileiros estabeleceram acordos de compra de armamentos, que acabavam exercendo também um papel de difusão das idéias fascistas nos quadros do oficialato.

Até 1938 as relações do Brasil com o eixo foram crescentes. Em 1936 as representações brasileira e alemã foram elevadas à condição de embaixadas e o intercâmbio entre os dois países assumiu a fórmula do comércio compensado, que garantia reciprocidade e evitava o consumo de divisas. Entre os artigos mais desatacadados, apareciam os armamentos comprados pelo Brasil, o que estabelecia um considerável nível de intercâmbio entre os dois exércitos. Paralelamente, Brasil e Alemanha estabeleciam políticas conjuntas de combate ao comunismo, que inspiravam tranqüilidade nos setores brasileiros influenciados pelo fascismo, embora Vargas sempre tivesse se mostrado reticente em assinar o Pacto Anti-Komitern. A Itália também figurava como importante parceiro comercial para as relações internacionais brasileiras e, novamente, a compra de armamentos figurava como um importante item na lista. A diplomacia italiana manteve estreitos laços, inclusive financeiros, com o movimento integralista que, embora autônomo, era objeto de interesse da mesma forma que as seções do Partido Nazista eram para a Alemanha no sul do Brasil.¹⁶

Apesar desse estreitamento de laços e da crescente influência das idéias e de um movimento fascista, a diplomacia brasileira estava ainda muito longe de um alinhamento ou de qualquer tipo de unanimidade. A segunda metade dos anos de 1930 marca também uma importante redefinição de acordos econômicos com os Estados Unidos, acordos esses que Washington pretendia

¹⁵ Para a questão do integralismo brasileiro, ver TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

desdobrar em cooperação com todo continente latino-americano em torno de uma política de defesa-comum contra um conflito que viesse a se descortinar num horizonte não muito distante. Assim, os formuladores e executoras da política externa brasileira operavam em duas frentes distintas, que eram encabeçadas por setores distintos do governo. Grupos simpáticos ao fascismo e ao eixo, chamados de “germanófilos”, situados fundamentalmente no exército, estavam à frente da aproximação com o bloco das potências autoritárias. Setores política e ideologicamente vinculados aos EUA, sobretudo no Itamaraty, por sua vez, empreendiam uma aproximação com os norte-americanos.¹⁶ À primeira vista, o golpe que redundou no Estado Novo, em novembro de 1937, parecia uma inflexão forte rumo ao fascismo no Brasil. O próprio nome do regime já estabelecia uma conexão com a ditadura de Salazar em Portugal, a sua origem justificada por uma suposta ameaça comunista – o famoso plano Cohem – e a nomeação de vários ministros de inclinação, no mínimo germanófila, para ministérios importantes, como o da Guerra, da Justiça e da Educação pareciam selar a formação de um regime autoritário e corporativista que iria gravitar em torno do universo fascista.

Todavia, a crescente influência fascista junto às parcialidades étnicas e o fortalecimento de um movimento que poderia fugir ao controle da coalizão então no poder começou a despertar reservas. Nesse sentido, o ano de 1938 é um divisor de águas. Ao serem contemplados com uma participação muito modesta no Estado Novo, os integralistas organizam uma tentativa de golpe frustrada

¹⁶ SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional, 1985.

¹⁷ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: Edipuf, 1999. p. 57 et seq.

que desencadeou o desmantelamento do movimento, cujo caráter partidário já havia sido suspenso pelo decreto que em dezembro de 1937 extinguiu os partidos políticos. Ainda em 1938 foram proibidas as atividades políticas de estrangeiros e várias iniciativas foram tomadas no sentido de se integrar as colônias ao resto do Brasil. Diante dessas medidas, o embaixador alemão tomou uma série de iniciativas que redundaram num conflito diplomático que só se encerrou com a sua saída do Brasil. Os meios dirigentes brasileiros nesse período eram marcados por um forte nacionalismo e por um projeto de modernização e de projeção política e econômica do Brasil sobre o cenário regional, o qual não admitia cisões ou ameaças à integridade territorial e, cada vez mais, a influência fascista estava sendo percebida como tal.¹⁸

As inclinações fascistas, ou pelo menos germanófilas, de segmentos do oficialato brasileiro eram menos importantes que o nacionalismo e o projeto de modernização do país e das forças armadas. Ao contrário do que acontecia na argentina, a dimensão ideológica e a influência fascista foram decrescentes na influência da política externa brasileira desse período. A real ameaça fascista de 1938 reforçou uma inflexão do Estado Novo em direção ao pragmatismo de uma aliança com os EUA em 1942 e garantiu o apoio militar ao desmantelamento da AIB após a tentativa de golpe. Apesar de o fascismo ter fermentado no cenário político e cultural brasileiro da época e de ter-se disseminado por setores do exército, os militares brasileiros, autoritários e intervencionistas, eram antes de tudo nacionalistas e foram os que mais pressionaram Vargas para a implementação das medidas de nacionalização do ensino e de restrição às atividades

¹⁸ Para essa questão e os seus desdobramentos na política externa regional brasileira ver SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 57 et seq.

políticas de estrangeiros.

Tanto na Argentina quanto no Brasil formam-se nos anos de 1930 a 1945 regimes autoritários ou fórmulas intermediárias com fortes traços autoritários nos quais a presença de idéias e ativistas fascistas era uma realidade. Todavia esses regimes estiveram longe de serem enquadrados como fascistas e a ideologia fascista esteve longe de ser predominante nos meios dirigentes de forma geral e entre os militares de forma específica. Segundo J. Lins, os regimes autoritários são marcados por um pluralismo político limitado que não possui uma ideologia-guia elaborada e tampouco estimula a mobilização política intensiva ou extensiva (excetuando em alguns momentos de seu desenvolvimento). Neles, a figura do líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder com limites mal definidos mas bastante previsíveis. Esse parece ter sido o perfil dos regimes que vigoraram na Argentina e no Brasil daquele período. Todavia, o espectro do fascismo parece rondar sempre o autoritarismo daqueles anos; por isso, pode-se concordar com G. Germani que postula que o fascismo é, na verdade, uma das formas que o autoritarismo moderno pode assumir. Nesse sentido, ele tende a permanecer, a despeito de sua derrota, como parte da experiência contemporânea e como uma potencialidade e um risco sempre presente.¹⁹

Não há dúvidas de que o fascismo exerceu forte influência sobre importantes frações da elite intelectual antiliberal e sobre oficiais nacionalistas dos exércitos argentino e brasileiro. Sobretudo, para esses, o fascismo estava associado ao rearmamento, ao anticomunismo,

¹⁹ LINZ, Juan. Estados Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *O Estado autoritário e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 121; ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 531.

a uma espécie de reordenamento da sociedade e a uma projeção internacional nos moldes da geopolítica alemã. Todavia, a tentativa fascista era contrabalançada nesses meios por temores quanto à mobilização das massas urbanas, quanto à perda de controle das populações coloniais pouco integradas e quanto à integridade do território nacional.

A abordagem comparativa aqui empregada permitiu identificar as especificidades das dinâmicas de recepção e consumo das idéias fascistas na Argentina e no Brasil, bem como, diante das dinâmicas próprias de cada país, dos usos ou do alcance da sua influência na formulação e execução da política externa de cada um deles. Na Argentina, a influência fascista sobre os altos escalões do exército foi mais pronunciada, chegando a exercer forte influência na política externa do país de tal forma que Buenos Aires só veio a romper relações diplomáticas com o eixo em 1944 e sob forte pressão norte-americana. No Brasil, a penetração das idéias fascistas no exército foi sendo neutralizada em razão dos tremores temores mais concretos de mobilização social por parte dos integralistas e da atuação do Partido Nazista alemão no sul do país. Os militares brasileiros perceberam também que uma aliança barganhada pela diplomacia com os Estados Unidos lhes garantiria o cumprimento do seu projeto de reequipamento das forças armadas, de desenvolvimento industrial e de projeção no cenário regional.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 531.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 19.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

CONIL PAZ, A.; FERRARI, G. *Política exterior argentina – 1930-1945*. Buenos Aires: Huemul, 1964.

HENNESSY, A. *Fascism and populism in Latin America*. In: LAQUEUR, W. *Fascism: a reader's guide. Analysis, interpretations, bibliography*. Berkeley: University California Press, 1976. p. 274.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. III O Brasil republicano. v. 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

LINZ, Juan. Estados Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *O Estado autoritário e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina (1928-1945)*: de Irigoyen a Peron. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional, 1985.

SIGAL, Silvia. *Intellectuels, culture et politique*. In: _____. *Le rôle politique des intellectuels en Amérique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine*. Paris: L'Harmattan, 1996.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRINDADE, Hégio. *Interpretações do fascismo na América Latina: contribuição para o estudo do fascismo extra-europeu*. Porto Alegre, 2000. (Mimeo.).

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas²⁰

Dentre os diversos períodos da política externa brasileira, certamente um dos que mais suscitou debates e pesquisas por parte dos historiadores foi aquele compreendido no primeiro governo de Getúlio Vargas, o qual abarcava tanto as transformações internas decorrentes dos desdobramentos da Revolução de 1930, quanto as convulsões do sistema internacional que culminaram na II Guerra Mundial e no estabelecimento de uma nova ordem internacional, muito distante do liberalismo de hegemonia inglesa. Na historiografia brasileira existe toda uma gama de trabalhos que abordam as relações do Brasil com as grandes potências e como o governo Vargas explorou as suas rivalidades em favor da obtenção das concessões que lhe interessavam: reequipamento das forças armadas e instalação de uma siderurgia básica.²¹ Existem também alguns trabalhos mais recentes, que, embasados nas grandes linhas dos primeiros, analisam as relações do Brasil com seus vizinhos mais próximos

²⁰ Este texto foi publicado originalmente na revista Anos 90, número 5, julho de 1996.

no continente, dando especial destaque à rivalidade com a Argentina na disputa pela supremacia regional.²²

Este capítulo, por seu turno, analisa não exatamente a política externa brasileira desse período, mas as questões que eram tomadas como relevantes para a formulação da mesma. Trata-se das bases das percepções dos diferentes segmentos da diplomacia brasileira a respeito da realidade internacional. De maneira geral, essas bases consistiam na percepção que se tinha dos problemas mais críticos que se impunham ao Brasil e que deveriam, de uma forma ou de outra, compor a agenda de política externa do primeiro governo Vargas, especialmente após a sua *redefinição* em 1934.

Quando se fala da diplomacia brasileira desse período, especialmente do Estado Novo, deve-se precisar que ali ocupavam importante espaço, além dos diplomatas, um número relevante de políticos ligados ao regime, os quais passam a atuar no âmbito da política externa, e de militares, que consistiam num dos pilares fundamentais de sustentação do regime. Por isso, ao longo deste capítulo emprega-se a categoria “elite diplomática brasileira” – EDB – para unificar os diferentes atores comprometidos com esferas específicas do Estado e da

²¹ Entre as obras mais representativas, ver SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Nacional, 1985.

²² Ver, por exemplo, SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente a questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990; SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

política interna, que pensavam e executavam a política externa brasileira.²³

As bases das percepções da EDB serão aqui compreendidas como as alternativas pensadas pelos *policymakers* brasileiros para fazer frente à realidade de crise e insegurança que marcou os anos de 1930 e a II Guerra Mundial. Nesse sentido, estes atores efetuaram um esforço para dimensionar da maneira mais clara possível os contornos das mudanças que se operavam no cenário político e econômico mundial. Isso, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de estratégias para implantação do projeto modernizador varguista, bem como a identificação de vários de seus pontos de estrangulamento. Havia, portanto, uma formulação clara das necessidades estruturais e políticas das quais o Brasil padecia para implementar o seu projeto.

Esse projeto envolvia, além da modernização do Estado e da sociedade, o desenvolvimento industrial e uma projeção nas esferas econômica, política e militar sobre os demais países do subcontinente, a qual deveria contar com o respaldo da potência central do sistema, que, após a superação do período de barganha internacional, configurou-se como sendo os Estados Unidos. Assim, o pan-americanismo, insistentemente defendido pelo grupo de Osvaldo Aranha e sintonizado com a política norte-americana, será cada vez mais vislumbrado no Estado Novo como a possibilidade mais viável de realização da projeção do Brasil na América Latina.

²³ Uma descrição sumária dos agentes e das dinâmicas que caracterizam a EDB é feita no capítulo final deste livro.

A formulação das necessidades

Os desdobramentos da Depressão Mundial não demoraram a chegar ao Brasil e o governo instaurado em 1930 não era a eles alheio. Desde cedo, a EDB estava a par da natureza econômica da crise e da intensa luta comercial que os países industrializados travavam entre si para colocar seus produtos nos mercados de além-mar.²⁴ As medidas de proteção ao café que visavam restringir a oferta do produto no mercado internacional largamente saturado, sem, contudo, desarticular a base produtiva, também pretendiam equilibrar a economia nacional para num segundo momento implementar a diversificação do comércio exterior e possibilitar os investimentos no setor industrial.²⁵

O sistema liberal clássico ruía tanto na Europa quanto nos EUA e com ele a frágil inserção de país exportador de gêneros primários e importador de produtos acabados que o Brasil tradicionalmente sustentava. A idéia de abandonar o *status* de país fundamentalmente agrícola em prol de um projeto de desenvolvimento econômico de perfil urbano-industrial, que desde cedo acompanhava a trajetória política de Vargas,²⁶ estava intimamente associada a uma estratégia de redefinição da posição do Brasil no contexto internacional.

²⁴ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939*, aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 38 et seq.

²⁵ Para as estratégias de política econômica e o processo de industrialização no primeiro governo Vargas, ver DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; FONSECA, Pedro. *Vargas: a construção do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁶ Para essa questão, ver o discurso: "Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros" em VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil - X*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944. p. 53 et seq.; e para uma análise mais acurada, ver FONSECA, Pedro. *Vargas: a construção do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Havia, porém, limitações, ou pontos de estrangulamento, que impediam a pronta realização de um projeto de tal magnitude. Durante o discurso de apresentação de suas credenciais diplomáticas ao governo argentino, em julho de 1938, o embaixador Rodrigues Alves nos fornece a tônica da ação que o Estado Novo implementaria nesta área:

O Brasil, compreendendo a gravidade da hora em que vivemos, traçou uma nova orientação, apertando os laços de sua Federação, investindo o Executivo nacional da força necessária para a defesa de seu patrimônio, abrindo assim novos horizontes políticos à sua expansão econômica e financeira, sem quebra dos princípios democráticos e básicos em que assentam as suas instituições.²⁷

Dispensando o exercício de ficção do diplomata a respeito da manutenção dos princípios democráticos no Brasil, o seu discurso nos revela o grau de comprometimento do Estado Novo com o redimensionamento da economia nacional, a ponto de propagandeá-la abertamente aos quatro ventos. De maneira sintética, a fala de Rodrigues Alves encerra alguns dos elementos mais importantes do projeto de desenvolvimento varguista. Assim, a centralização administrativa e o fortalecimento do Poder Executivo estavam em plena sintonia com a ampliação da capacidade de barganha internacional do Brasil, descrita como abertura de *novos horizontes políticos à sua expansão econômica e financeira*. O jogo da *equidistância pragmática*²⁸ se desenrolaria nessas condições: concentração do poder decisório nas mãos do

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI): Discurso de apresentação das credenciais de Rodrigues Alves. Buenos Aires, 29/07/1938.

²⁸ Para essa questão, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ditador e barganha junto às potências por facilidades e concessões na área econômico-financeira, a fim de permitir a superação de impasses fundamentais à industrialização, tais como a falta de meios de transporte e de uma indústria de base em ampla escala. O instrumento da barganha era o alinhamento a um dos blocos cujo confronto armado já era esperado.

O embaixador, descrevendo a política do regime que representava em Buenos Aires, falava também em *defesa do patrimônio* nacional, tema extremamente caro aos militares, que não só faziam parte da EDB como também tinham observável influência sobre as esferas de tomada de decisão da política externa. De fato, os anos que precederam a II Guerra foram marcados por uma insegurança generalizada e crescente, alimentada por uma corrida armamentista alucinante na Europa e pela difusão de doutrinas favoráveis ao direito de conquista, às incorporações territoriais e à idéia de que somente as armas asseguravam o cumprimento dos acordos diplomáticos. Eram os anos sombrios da *realpolitik* e da geopolítica.²⁹

Mesmo distante do foco das tensões, a EDB era consciente não só da vulnerabilidade do Brasil, marcado por fronteiras afastadas, costa desguarnecida e forças armadas pouco aparelhadas, mas também do risco de ver as reservas naturais transformarem-se em objeto de cobiça externa. Nesse sentido, o general Góes Monteiro, que teve uma longa gestão junto ao Estado Maior do Exército e mais tarde participou de várias missões di-

²⁹ Para a discussão da geopolítica enquanto disciplina e de seu emprego em diferentes contextos, ver COSTA, Wanderley M. da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992. A aplicação de suas orientações à realidade brasileira dos anos de 1930 começa a ter repercussão a partir da publicação da obra de TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

plomáticas, alerta para o perfil belicoso da crise mundial e para suas possíveis conseqüências:

Contemporaneamente, as nações fortes procuram resolver suas pendências internas – dificuldades econômicas e questões político-sociais – à custa das nações mais fracas e mais desprevenidas (...). A era da paz universal ainda é um mito para humanidade e as nações continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra. O estado de conflito armado, que era latente, agora é ativo e se agrava e se torna permanente, pois o intervalo entre uma guerra e outra é semeado de lutas e revoltas intestinas em um grande número de países, entre as diferentes camadas sociais, pondo em risco a estabilidade e a existência dos Estados, que não souberam, não puderam ou não quiseram organizar-se fortemente.³⁰

Ainda que a penúria das forças armadas fosse um dado consensual entre o seu Alto Comando, a noção de defesa para o grupo de Góes Monteiro transcendia a esfera específica do equipamento militar. Havia pois, a necessidade de se viabilizar todo um esforço, tanto na área social quanto na econômica, encabeçado pelo Estado, para assegurar os meios materiais de um exército resguardado por reservas de pessoal e por uma indústria mobilizável em tempo de guerra. Nesse sentido, a orientação dominante nas forças armadas afina-se com o projeto econômico-industrializante de Vargas. Na mesma obra em que chama a atenção para o risco da falta de preparação militar, o general Góes dá as tintas com as quais o Brasil deveria reescrever sua política de defesa:

Temos que (...) regular nossa economia, evitar as lutas de classe, satisfazer as necessidades de todos pelo trabalho de todos e *nos aparelharmos contra qualquer submissão*

³⁰ MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. p. 127 et seq.

*do imperialismo material, moral ou mesmo espiritual de qualquer outro povo. É uma espécie de nacionalismo econômico, sem agressividade contra as outras nações, mas prevenidos contra as possíveis agressividades delas. É tronar-nos fortes em vez de fracos, que sempre fomos. Sem união, eqüidade, justiça, fortaleza de ânimo e fortaleza material não podemos alcançar esse objetivo. Então, é preciso destruir implacavelmente toda a causa ou elemento que seja contrário a essa idéia.*³¹ (Grifo nosso).

Enquanto os militares brasileiros batiam-se pelo fortalecimento de sua corporação, especialmente em face do contexto internacional e das polícias estaduais, o governo, exemplarmente no Estado Novo, reforçava neste processo os seus instrumentos de centralização político-administrativa, encontrando entre os atores ligados à política externa não só respaldo, como também estímulo.³² Entre as bases das percepções da EDB figurava, num sentido razoavelmente consensual, a necessidade de um aparelhamento militar relativamente urgente e amparado na ampliação da base industrial nacional. De fato, tal questão tornou-se um ponto importante na agenda comercial e política do Brasil com os países centrais.

Todavia não eram apenas as ameaças potenciais que os países beligerantes do hemisfério norte representavam o único foco de preocupações da EDB com a integridade do território nacional. Pelo contrário, desde os anos de 1930 e até mesmo após ruptura e declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 1942, os temores, especialmente dos militares, eram em relação à posição do Brasil na América Latina, fundamentalmente quanto as suas fronteiras com o tradicional rival na política regional: a Argentina.

³¹ MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. p. 185.

³² Ver, por exemplo, Carta de Osvaldo Aranha a Góes Monteiro. Washington, 09/03/1934. Arquivo Nacional (AN): AP 51 cx. 12 doc. 02. e AHI: Carta de Baptista Luzardo a Osvaldo Aranha. Montevidéu, 18/12/1939.

Em um detalhado relatório a respeito da posição nacional no contexto latino-americano apresentado pelo general Valdomiro C. de Lima, que em 1935 ocupava a Inspeção do 1º Grupo de Regiões Militares, o *inimigo provável* do Brasil é, antes de tudo, de fala espanhola:

Embora o Brasil mantenha perfeitas relações de amizade oficial com seus vizinhos, é incontestável, em caso de guerra de um deles conosco, a união geral (...) dos países hispano-sul-americanos. Essa união é denunciada pela tradição histórica, ambições mal contidas, origem da formação das nacionalidades, ódios hereditários, pendências sobre territórios limítrofes, propaganda lenta e constante que vem sendo difundida, há anos, contra o Brasil, ligações, interesses e tendências políticas, raciais etc.³³

A visão do general é bastante clara em relação à posição pouco cômoda do Brasil no continente, uma vez que coloca a amizade entre os vizinhos como simplesmente “oficial”, diferentemente dos discursos pronunciados em eventos diplomáticos em que incansavelmente proclamava-se a tradicional solidariedade entre os povos. É importante frisar, contudo, que a sua percepção particular da realidade a respeito dessa questão específica baseia-se mais sobre preconceitos – *tradição histórica* e *ódio hereditário* – do que sobre os elementos efetivos que alimentavam as disputas políticas entre os países da América do Sul, tais como o acesso ao petróleo boliviano, ou o suposto petróleo da região do Chaco, e ainda o franqueamento de corredores comerciais para os países mediterrâneos, junto aos portos de Buenos Aires e o de Santos.

Havia um consenso já tradicional nos meios diplomáticos brasileiros, cunhado ainda pelo barão do Rio Branco, ao qual o general Valdomiro de Lima não fugia,

³³ Relatório apresentado pelo general Valdomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1935. AN: AP 51 cx. 05 doc. 01. p. 4.

de que o Brasil era algo como uma ilha lusitana num mar hispânico e que, em caso de crise, todos os países da América Latina contra ele se voltariam.³⁴ Nesse sentido, figurava como necessidade imperativa à política externa brasileira consolidar uma posição segura no contexto regional, a qual lhe permitiria levar a diante as suas políticas tanto de desenvolvimento econômico quanto de defesa no contexto da rivalidade regional, cujo principal expoente era a Argentina.

No entanto, é sabido que essa orientação não poderia ser conduzida à margem da política das potências atuantes na área. Rezava a tradição da política externa brasileira que o equilíbrio de poder no sub-continente favorável ao Brasil adviria da aliança especial com os Estados Unidos, firmada no início do século.³⁵ Contudo, o contexto da época abria ao Brasil a possibilidade de negociar não só com os EUA mas com a Alemanha os termos de uma aproximação econômica e estratégica que lhe renderia a posição de supremacia regional.

Em relação à necessidade de um suporte externo à política internacional brasileira, bem como ao desenvolvimento econômico nacional, Osvaldo Aranha, desde o seu comissionamento para a Embaixada de Washington, frisava a importância de uma aproximação mais sólida com os Estados Unidos.³⁶ A percepção de Aranha, a qual iria prevalecer junto a Vargas, pretendia que nessa aproximação o Brasil viesse a ocupar para os EUA a posição de *aliado especial* na América Latina,³⁷ dada

³⁴ Essa idéia terá ainda uma longevidade muito grande nos meios diplomáticos brasileiros. Ver, por exemplo, RODRIGUES, José H. e SEITENFUS, Ricardo A. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 63.

³⁵ Ver CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 168 et seq.

³⁶ Carta de Osvaldo Aranha a Góes Monteiro. Washington, 09/03/1935. AN: AP 51 cx. 12 doc. 02.

³⁷ MOURA, G. 1991. Op. cit. p. 10.

a sua importância política (uma vez que ocupava uma posição-chave no apoio ao pan-americanismo), estratégica (a “saliência” do nordeste) e as suas possibilidades econômicas. Em contrapartida, o segmento da EDB favorável ao Eixo em 1940 negociava, independentemente do Itamaraty, a possibilidade de a Alemanha fornecer créditos e tecnologia no pós-guerra para a construção de uma siderúrgica no Brasil.³⁸ Na esteira da intensificação das relações comerciais e da aquisição de armamentos junto ao Eixo, cogitava-se a possibilidade de apoio da Alemanha às políticas de defesa e industrialização do governo Vargas.

Apesar das divisões ideológicas dos quadros da elite diplomática brasileira em relação à orientação *germanófila* ou *americanófila* da política externa, era consensual para esses atores a necessidade de se buscar suporte em uma potência para viabilizar o projeto de desenvolvimento, de defesa e de supremacia regional do Brasil. O desenrolar da guerra, a ofensiva diplomática dos EUA sobre a América Latina e sua disposição em atender as demandas do governo brasileiro antes que a Alemanha pudesse vir a tanto, fez com que o Brasil se alinhasse definitivamente com a política de Washington na Conferência do Rio de Janeiro.

³⁸ HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 336. Ainda que essas negociações secretas se inscrevessem no contexto mais intenso da política pendular encabeçada por Vargas, marcada pelo famoso discurso de 11 de junho, a bordo do encouraçado Minas Gerais, boa parte dos membros do governo de fato apostavam numa aproximação maior com a Alemanha num pós-guerra que acreditava-se, naquele momento, não muito distante.

A supremacia brasileira sobre a América Latina

A formulação das necessidades brasileiras para a sua política externa regional e, em especial, para a área de defesa, que se subordinava ao projeto de preponderância política, econômica e militar sobre a América do Sul, envolvia, obviamente, a avaliação da política similar do principal antagonista na região. Nesse sentido, a realidade do Cone Sul será pintada pela EDB, preponderantemente pelos órgãos de assessoria militar, com cores que frisavam a superioridade econômica e militar da Argentina e a conseqüente inferioridade do Brasil nesses dois campos ao longo da segunda metade dos anos de 1930 e do início dos de 1940.

Não era novidade para ninguém nos meios diplomáticos e comerciais que, desde o final do século XIX, a Argentina vinha crescentemente aumentando sua importância econômica e política na região como país exportador de grãos e carne. Nos anos mais agudos da Grande Depressão, as suas exportações sofreram comparativamente menos que o café brasileiro por tratarem-se de artigos de primeira necessidade e por não padecerem de uma crise de superprodução. As repercussões de uma situação econômica menos crítica na Argentina se farão sentir também no Brasil, de maneira que, em 1935, Vargas temia que Buenos Aires se tornasse o principal centro exportador de matérias-primas da região.³⁹ No mesmo sentido, embora numa dimensão menos quantificável, Heitor Lyra, que em 1942 atuava como ministro plenipotenciário em Buenos Aires, registrou em suas memórias a enorme riqueza que circulava naquela capital,

³⁹ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 40.

que não deixou de aumentar nos anos da guerra com a manutenção das exportações de gêneros à Inglaterra.⁴⁰

Será, contudo, no plano militar que a elite diplomática brasileira irá revelar maiores apreensões quanto a situação portenha. Antes mesmo do advento do Estado Novo, quando, conforme as tensões políticas iam aumentando na região, o corpo diplomático brasileiro colocava em prática um sistemático monitoramento das atividades políticas, econômicas e militares da Argentina, os setores de inteligência do Exército brasileiro já vinham apontando para o deslocamento do equilíbrio de forças em favor do Prata:

A Argentina atualmente mantém certa superioridade terrestre, marítima e aérea, dispondo de importantes recursos e boa organização econômica. Sob o ponto de vista militar, é uma potência de primeira grandeza no nosso continente. Seus quadros militares profissionais são competentes, seu material de guerra é copioso e moderno, seu serviço de recrutamento é aperfeiçoado, baseado num sistema de alistamento modelar; suas vias de comunicação, além de numerosas, cortam o país em todos os sentidos e sua rede ferroviária pode realizar correntes de transportes aptos a atender a concentrações rápidas em suas principais zonas fronteiriças; sua indústria, num invejável esforço de seus homens, já se salientou brilhantemente, pois possui uma fábrica de aviões, a única existente na América do Sul.⁴¹

O mesmo relatório conclui tecendo um paralelo entre a política brasileira para a Bacia do Prata nos tempos do Império e na sua atual conjuntura, frisando que no primeiro contexto a ação brasileira era resguardada pelo seu predomínio militar e que, no momento de sua redação,

⁴⁰ LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 525.

⁴¹ Relatório apresentado pelo general Valdomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1935. AN: AP 51 cx. 05 doc. 01. p. 1.

A política adotada (...), [bem] como as tendências tradicionalmente pacifistas de nosso povo, conduziram as nossas forças armadas a uma fraqueza militar muito abaixo do nível de segurança que exigem a extensão territorial de nosso país e a nossa situação política e econômica na América do Sul, fazendo-nos adotar o desarmamento relativo da Nação, no que não somos acompanhados pelos nossos vizinhos do continente.⁴²

De fato, a Argentina empreendeu um progressivo plano de reequipamento de suas forças armadas que se estendeu desde o final dos anos vinte até o limiar da II Guerra Mundial. Uma série de dados apontam para a superioridade militar argentina, inclusive a tonelagem e média de idade de sua esquadra.⁴³ Todavia, não era apenas a avaliação da disparidade de forças que motivava os estudos sobre a questão. A perspectiva de que a Argentina pudesse mobilizar o seu potencial, fosse como forma de pressão política, fosse como instrumento de uma conflagração real, era um fator definido na equação da geopolítica continental da EDB. As disputas diplomáticas travadas em torno da guerra e da paz do Chaco e a delicada questão da frustrada tentativa brasileira de arrendamento dos *destroyers* norte-americanos, somadas à tradição de rivalidade entre Brasil e Argentina, operavam como um catalisador das tensões naquele conturbado contexto internacional.

Operando nesse sentido, portanto, será com os olhos voltados para a Argentina que o general Góes Monteiro irá traçar as linhas básicas do plano de guerra brasileiro

⁴² Relatório apresentado pelo general Valdomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1935. AN: AP 51 cx. 05 doc. 01. p. 47 et seq.

⁴³ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 66.

⁴⁴ Para a questão do plano de guerra brasileiro, ver: COUTINHO, L. Op. cit. p. 440 s; e CARVALHO, J. Op. cit. p. 126.

em 1938⁴⁴ e, mesmo com todas as garantias de fornecimento de armamentos dadas pelos EUA após a Conferência do Rio de Janeiro, o Alto Comando militar brasileiro, quando da ruptura com o Eixo em 1942, mostrava-se extremamente apreensivo não apenas com a possibilidade de retaliações por parte da Alemanha, mas com a fragilidade das defesas no sul do país.⁴⁵ A constatação da inferioridade militar brasileira e a percepção de que uma Argentina fortalecida representava um revés para o Brasil não se circunscrevia apenas ao segmento militar da EDB, como aponta o depoimento de Osvaldo Aranha a Vargas, que, inclusive, não descarta a possibilidade de se levar a cabo uma corrida armamentista na região:

A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país. (...) Não nos armamos na prosperidade por cegueira e na crise por falta de recursos. Agora, porém não é mais possível contemporizar. E mesmo porque este é o único meio de deter a Argentina e fazê-la, como de vezes anteriores, vir a nós para pedir uma trégua ou um acordo. (...) Creio, Getúlio, que além desses fatos, a atitude exclusivista e agressiva da política argentina, a passeata de sua esquadra ao redor da América, são indicações que merecem consideração especial. A Argentina visa qualquer conquista ou posição, que só poderá ferir o Brasil.⁴⁶

O principal arquiteto da aproximação diplomática entre Brasil e Argentina no início de 1938 e nos preparativos da Conferência de Lima, realizada em dezembro daquele ano, via com marcado receio o fortalecimento do

⁴⁵ Cartas de Góes Monteiro e Eurico Dutra a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 e 27/01/1942. CPDOC/FGV GV: 42.01.24/xxxvii - 16a e 16b.

⁴⁶ Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. Washington, 04/06/1937. CPDOC/FGV 37.06.04/1/xxvi - 54. Apud BRANCATÓ, Sandra M. L. As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, n. 2, p. 195-214, 1988. p. 202.

país vizinho e tampouco furtou-se de apoiar as demandas militares pelo reequipamento das forças armadas brasileiras.

A implementação do projeto de hegemonia regional que, embora não fosse novo, assumia peculiaridades próprias daquele contexto, tinha como fim recuperar a supremacia que durante o Império o Brasil gozara na região. Para tanto, uma vez formuladas as orientações básicas de sua ação, esta passava, necessariamente, pela avaliação da situação, naquele momento privilegiada, da Argentina, na qual se constatava a sua preponderância econômica e militar e o seu significativo poder de influência nas questões que envolviam a política continental.

Bem conhecido o horizonte de suas necessidades e a posição do seu rival, a elite diplomática brasileira vai, ao longo dos anos de 1930, costurando políticas que viessem a assegurar ao Brasil a hegemonia na região. Todas as gestões do Itamaraty, durante o primeiro governo Vargas, de uma forma ou de outra, envolveram-se nos seus contextos específicos, com a disputa pela supremacia regional, decorrente da velha e tradicional rivalidade entre Argentina e Brasil. Toda a questão da Guerra do Chaco, por exemplo, foi apenas um capítulo, extenso por sinal, dessa disputa.⁴⁷ Será, contudo, na gestão de Osvaldo Aranha que se terá a concepção e implementação de um projeto mais consistente e elaborado de hegemonia regional brasileira.

Stanley Hilton fixa como três as linhas básicas de ação do Ministério das Relações Exteriores no início da gestão Aranha, em 1938. Essas envolviam

⁴⁷ Para a questão do Chaco, ver: SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente a questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990.

- a) a repressão às atividades nazistas no sul do país;
- b) a consolidação de relações especiais com os EUA;
- c) a manutenção da rivalidade com a Argentina.

Tratava-se, conforme Hilton, de uma visão estratégica que pretendia assegurar ao Brasil a preeminência sobre a América Latina e que envolvia o desenvolvimento de seu potencial econômico e militar de forma associada à potência norte-americana, de maneira que pudesse também fazer frente à ameaças vindas do Prata ou de ultramar.⁴⁸

Embora para Getúlio Vargas, no início do Estado Novo, ainda não estivesse definido qual seria a potência que forneceria o apoio econômico, tecnológico e estratégico para o projeto de hegemonia regional brasileira, tanto na esfera do Itamaraty quanto na do Conselho Federal de Comércio Exterior, Vargas vinha incentivando o comércio de produtos acabados com os países vizinhos, a fim de neles reforçar a presença econômica do Brasil.⁴⁹

Dentro de suas linhas de ação básicas, Aranha irá desde cedo encabeçar uma política de apoio ao pan-americanismo, sem contudo amarrar em demasia o Brasil a obrigações multilaterais, especialmente na área de defesa. Às vésperas da Conferência de Lima, suas orientações a Mário Pimentel Brandão, embaixador brasileiro em Washington, são claras, pois recomenda que a questão do pacto de segurança coletiva, que compunha a pauta da conferência, ficasse restrita às fórmulas da *consulta mútua* e das declarações de *ato inamistoso*, ou seja, os representantes do governo brasileiro deveriam evitar acordos de defesa cooperada. Por outro lado, instruía o embaixador que:

⁴⁸ HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 264.

⁴⁹ Para essa questão, ver: HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939*, aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 65.

O Brasil, porém, deseja examinar com os E. U. a hipótese de um pacto mais extenso de cooperação e assistência militar e naval. O assunto é delicado e exige de V. passos absolutamente discretos e secretos. A retomada do caso dos *destroyers*, a aquisição de artilharia de costa e a compra de aviões são campos abertos a um entendimento fácil. ⁵⁰

O fim último da política continental brasileira do Estado Novo era, conforme se pode depreender das instruções reservadas do Chanceler, o estabelecimento das bases necessárias à construção da sua hegemonia regional, construída através de uma aliança especial com uma potência. Para Aranha, essa potência era indiscutivelmente os EUA, com o qual, em acordos privilegiados e paralelos ao pan-americanismo, obter-se-ia a tão desejada superioridade militar no subcontinente.

Nesse sentido, justifica-se a política aparentemente ambígua de Aranha, que naquele momento apoiava o pan-americanismo, mas evitava o estabelecimento de normas de ação conjunta em face das agressões externas que fossem além da consulta coletiva. Tratava-se de, sem abandonar o discurso da União Pan-Americana, procurar reservar ao Brasil uma posição de interlocutor diferenciado, que deveria negociar independente dos demais países questões de defesa que seriam concernentes apenas ao Brasil e EUA. Em certa medida, essa estratégia contribuiu para que se abrisse um certo espaço privilegiado de negociação junto aos Departamentos de Estado e Defesa norte-americanos, quando das viagens de Góes Monteiro à Washington em 1939 e 1940.⁵¹

A idéia de que havia a necessidade premente de se retomar a condição de país mais e melhor armado na

⁵⁰ Carta de Osvaldo Aranha a Mário Pimentel Brandão. Rio de Janeiro, 29/11/1938. CPDOC/FGV OA: 38.01.21/1.

⁵¹ Para as viagens de Góes Monteiro aos EUA e as negociações lá entabuladas, ver COUTINHO, L. Op. cit. p. 357 et seq., 370 et seq.

região difundiu-se pelo corpo diplomático brasileiro naqueles anos de tensão mundial e de crescente rivalidade com a Argentina. Tanto que Luís Guimarães, embaixador em Buenos Aires, mostrava-se extremamente preocupado com a possibilidade de a Argentina ampliar a sua vantagem nesse campo através de acordos referentes ao treinamento de pilotos militares argentinos por oficiais norte-americanos:

Tudo indica a crer que os Estados Unidos procuram estender a outras nações americanas o apoio técnico que a tempo dispensam ao Brasil. Tal política militar é, entretanto, fundamentalmente contrária aos nossos interesses, que devem procurar senão a sua anulação total, pelo menos um limite que nos deixe grande margem de prestígio e segurança.⁵²

Em plena sintonia com as diretrizes apontadas pela chancelaria, Guimarães explicita a idéia de que o Brasil deveria ocupar um lugar especial na pauta de assuntos militares dos EUA para a América Latina, procurando assegurar no mais breve prazo possível a superioridade militar. Mais do que isso, está claro que o Brasil deveria interferir de maneira objetiva e eficiente – *anulação total* – para reverter uma possível política norte-americana de crescimento equilibrado do potencial bélico dos países ao sul do Rio Grande, especialmente no que concerne à Argentina, que até então vinha construindo a superioridade sobre o Brasil.

A construção da hegemonia brasileira na região não se restringiria apenas à presença econômica e à superioridade militar, pois envolvia também o campo político-diplomático propriamente dito. No decorrer do Estado Novo, o Itamaraty imprime uma orientação no

⁵² AHI: Carta de Luís Guimarães a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 14/06/1938.

sentido de intensificar a presença política brasileira nos demais países latino-americanos, especialmente naqueles que faziam fronteira tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Da mesma forma com que a gestão de Baptista Luzardo na embaixada em Montevideú foi marcada por um esforço de aproximação política e diplomática entre Brasil e Uruguai, os debates em torno da possibilidade de perdão da antiga dívida de guerra do Paraguai assumiram, para a EDB, um contorno no qual se procurava reforçar a presença brasileira naquele país. Para Rodrigues Alves, o perdão da dívida por parte do Brasil deveria ter como contrapartida do Paraguai a assinatura de um acordo de não agressão e amizade perpétua, no qual este se comprometeria com a resolução estritamente pacífica de seus problemas com Rio de Janeiro e em não compor alianças militares contra o Brasil. Suas sugestões para a questão, contudo, não se encerravam por aí:

Poderia também [o Paraguai] comprometer-se a construir as suas estradas de ferro da Concepción a Ponta Porã, e de Assunción a qualquer ponto um pouco acima do salto de Sete Quedas, que o pusesse em ligação direta com o Brasil. Acredito que dentro dessas idéias, nós poderíamos cancelar a dívida paraguaia, com proveito e vantagem para ambos os países e como real manifestação de uma grande política de boa e efetiva vizinhança.⁵³

Com o perdão da dívida, o embaixador pretendia sedimentar um aliado permanente na política sul-americana, assegurando-se que em hipótese alguma o Paraguai viesse a realizar um velho temor da diplomacia brasileira: coligar-se com os demais países hispânicos, especialmente com a Argentina, contra os interesses do Brasil. A questão das linhas férreas visava assegurar aos portos brasileiros a passagem de uma parte de seu

⁵³ Carta de Rodrigues Alves a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 18/08/1940. CPDOC/FGV OA: 40.01.23.

comércio de exportação e importação, acentuando a importância brasileira na economia paraguaia.

Entre as necessidades formuladas pela EDB, figurava a questão de amparo de uma potência ao projeto brasileiro. Para Aranha, a quem a ascendência brasileira sobre os demais países latino-americanos era mesmo natural, não se tratava exatamente de amparo, mas de uma parceria entre Brasil e Estados Unidos, conforme pode-se depreender de sua correspondência trocada com o Secretário de Estado Cordell Hull:

A nossa amizade é histórica e fundou-se sempre na recíproca compreensão de nossos interesses e propósitos comuns e próprios e na necessidade de uma vigilante cooperação para a defesa da posição norte-americana no mundo e da nossa na América do Sul. Os Estados Unidos contaram sempre, desde o Império, com o nosso apoio nas questões internacionais e procuraram dar o seu concurso para a resolução dos nossos problemas de segurança e economia e para a *manutenção de nossa histórica e natural preeminência, cada vez mais necessária, nos negócios políticos dos povos sul-americanos*.⁵⁴

O Chanceler é muito claro com seu colega norte-americano, eloqüente até. Num momento em que o Brasil já está definitivamente alinhado com os EUA – a Conferência do Rio de Janeiro havia ocorrido a mais de dois anos – ele frisa a posição do Brasil de apoiar praticamente sem restrições a política externa da superpotência ocidental que então se vislumbrava, esperando, em contrapartida, que o Brasil pudesse consolidar uma sub-hegemonia regional.

A preponderância brasileira sobre os demais países da América Latina, *necessária* segundo Aranha, deveria

⁵⁴ Carta de Osvaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s. d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3. Grifo nosso. Cf. HILTON, S. 1994. p. 419, Aranha escreve a Hull em maio de 1944.

acontecer sob o enquadramento de um aliado especial dos Estados Unidos, que lhes exerceria a função de *país-chave* na região. Mais do que isso, um Brasil armado e prestigiado pelos EUA, capaz de, até o final da guerra, bater a superioridade econômica e militar Argentina, estaria apto para não só exercer a sua política para a América do Sul em consonância com a da potência dominante, mas de ocupar um espaço mais significativo no cenário internacional.⁵⁵ Irão decorrer dessa orientação, as movimentações, depois frustradas, para a obtenção de um assento como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e, de uma simplificação da mesma, a política de alinhamento automático aos EUA no governo Dutra.⁵⁶

Aranha obviamente não sonhava sozinho. A tradição de rivalidade com a Argentina, que nunca deixara de circular pelos corredores e salas do Itamaraty, relembram que as pretensões hegemônicas brasileiras não eram recentes. Todavia, a conjuntura específica de crise do sistema internacional, de disputa interimperialista na América Latina e, posteriormente, de conflagração mundial, abriu espaços para que se imprimisse maior factibilidade a esse projeto. O general Góes Monteiro, detentor de uma visão muito pragmática da realidade internacional, via o momento, especificamente a guerra, como uma oportunidade única de o Brasil redefinir a sua inserção na América Latina:

A respeito do nosso futuro, não tenho porque mudar de opinião: se deixarmos transcorrer o atual momento histórico – última oportunidade que se nos oferece a guerra – sem nos levantarmos do *berço* para adquirirmos uma posição

⁵⁵ Ver HILTON, S. 1994. p. 399 et seq.

⁵⁶ Para uma avaliação da política externa brasileira no Estado Novo e de seus câmbios no governo Dutra, ver MOURA, G. 1991. Op. cit.

sólida e desafogada no continente, creio que arriscamos a perder tudo mais.⁵⁷

Entre as bases das percepções da elite diplomática brasileira, o projeto de construção de uma hegemonia regional subordinada ao sistema de poder norte-americano manifestava-se através do discurso, sempre reservado aos atores plenamente autorizados, da preeminência do Brasil sobre a América Latina, executada em parceria com a política norte-americana. Era a política do país-chave na região. Essa sintonia com a política de Washington, decorrente da orientação americanófila que acaba por prevalecer na EDB, contava com a privilegiada ajuda econômica e militar dos EUA e procurava mantê-la reservada ao Brasil. A própria Força Expedicionária Brasileira, também negociada junto aos EUA, foi mais uma estratégia do Estado Novo dentro dessa perspectiva. Com o envio de tropas brasileiras equipadas e transportadas pelos norte-americanos à Itália, pretendia-se, a um só tempo, manter a remessa de armamentos que garantiria a supremacia militar do Brasil na América Latina e assegurar-lhe uma posição diplomática privilegiada nas negociações de paz e do pós-guerra.⁵⁸

O principal espaço de atuação internacional brasileiro dava-se no âmbito da política interamericana, no qual o governo Vargas defenderá senão a totalidade das posições norte-americanas, pelo menos fórmulas intermediárias que a elas se coadunem. Havia então, uma dinâmica e interesses próprios da política de preponderância brasileira sobre a região, que ocorriam tanto nas esferas das relações multilaterais quanto das bilaterais. Assim,

⁵⁷ Carta de Góes Monteiro a Osvaldo Aranha. Montevideu, 05/04/1944. CPDOC/ FGV OA: 43.01.05/3.

⁵⁸ MOURA, G. 1991. Op. cit. p. 38.

o projeto de construção da sub-hegemonia brasileira na América Latina possuía dois horizontes de atuação sobre a política continental; os quais preservavam uma tradição e dinâmica própria, e por vezes independente, da ação norte-americana. O primeiro desses horizontes refere-se ao campo das relações multilaterais, envolvendo as conferências interamericanas, nas quais procurou-se firmar o Brasil como uma liderança legitimada. O segundo deles desenvolvia-se no plano das relações bilaterais, no qual o Brasil procurava ampliar o seu peso junto a vizinhos estratégicos.

Apesar de a Liga das Nações ter exercido um peso observável na política continental nos anos de 1920, a tradição das Conferências Interamericanas não havia sido quebrada e, pelo contrário, fortaleceu-se nos anos 1930. Nesse sentido, a Conferência Interamericana de Lima, convocada para dezembro de 1938 em virtude da iminente conflagração européia, seguiu o princípio de consultas mútuas sugerido na Conferência de Consolidação da Paz do Chaco em 1936. Em Lima, este princípio é solidificado e são declarados o pan-americanismo e a solidariedade entre as repúblicas americanas.⁵⁹

Espaço próprio de disputas por liderança e legitimidade, a Conferência observou marchas e contramarchas em torno da fórmula que fixou o princípio de consulta mútua. À proposta norte-americana, a Argentina apresentou uma segunda ligeiramente modificada, gerando não exatamente um conflito, mas um pequeno impasse diplomático. O Brasil aproveita-se da ocasião e coloca-se numa posição de mediador da contenda, o que lhe rende a possibilidade de seu representante na conferência, Afrânio de Mello Franco, pronunciar um discurso reafirmando

⁵⁹ SILVEIRA, Helder V. *A integração latino-americana: projetos e realidades*. Porto Alegre: Edipucrs, 1992. p. 29 s.

os princípios de mediação, arbitragem e pacificação que norteavam a política externa brasileira.⁶⁰

A mediação entre Argentina e EUA – que voltará a se repetir em outras conjunturas – e o discurso do chefe da missão brasileira tinham o claro objetivo de, mantendo a atuação brasileira nas conferências em *high profile*, assegurar ao Brasil credenciais de liderança continental, especialmente legitimadas por uma orientação conciliadora. Todavia, nada disso impedia o cuidado do Itamaraty em não amarrar-se em demasia ao pacto de segurança coletiva, sugerido na mesma conferência, e a procurar conversações reservadas com os EUA na área de defesa, conforme já foi visto.

A eclosão da guerra na Europa justificou a convocação da I Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada em 1939 no Panamá. Os temas da conferência giraram em torno da declaração conjunta de neutralidade, da manutenção da paz no continente e da cooperação econômica.⁶¹ A ação do Brasil no Panamá seguiu a mesma orientação da conferência anterior. Mais uma vez são declarados os princípios norteadores da política externa brasileira, que procuravam destacar a sua tradição de defesa do Direito Internacional. O Brasil se coloca abertamente a favor do fortalecimento da unidade continental, tanto no ambiente da conferência, como em círculos bilaterais, o que é observável nos discursos do general Góes Monteiro à missão militar argentina que, às vésperas da conferência, visitou o Rio de Janeiro.⁶²

⁶⁰ BARROS, Jaime. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 268 et seq.

⁶¹ SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 177.

⁶² A série de discursos de Góes Monteiro, que a essa época ocupava a chefia do Estado Maior do Exército, encontra-se em AN: AP 51 cx. 2 doc. 1 v. 8 a 24.

Quando da invasão alemã à Bélgica, Holanda e França, os Estados Unidos convocam a II Reunião Consultiva de Chanceleres Americanos, realizada em Havana em julho de 1940. Apesar de reafirmada a neutralidade continental, esta começa a se inclinar claramente para o lado dos aliados, como decorrência das pressões dos EUA. Longas discussões entre as missões argentina e norte-americana travaram-se em torno da fórmula relativa às colônias americanas dos países ocupados, especialmente no tocante à instalação de uma administração provisória por parte da União Pan-Americana.⁶³ Com certeza, uma das medidas acordadas que mais beneficiaram os interesses brasileiros foi a que assentou as negociações bilaterais na área de defesa dentro do sistema pan-americano, mas à margem das negociações coletivas. Sem abandonar a retórica da defesa continental, Brasil e EUA entabulavam negociações para a ajuda militar privilegiada e a instalação de bases norte-americanas no nordeste brasileiro. Em outubro daquele ano era criada a Comissão Mista Americano-Brasileira de Oficiais de Estado Maior.⁶⁴

A III Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos do Rio de Janeiro, realizada no início de 1942, teve como mote a entrada dos EUA na II Guerra Mundial. O contexto dessa conferência era, portanto, bem diferente das anteriores, pois a orientação norte-americana será não mais de apertar os laços do pan-americanismo no âmbito da neutralidade, mas de obter a ruptura de relações diplomáticas do continente com o Eixo.⁶⁵ Dessa forma, a

⁶³ CONIL PAZ, A.; FERRARI, G. Op. cit. p. 72.

⁶⁴ Dos trabalhos dessa comissão é concluído um acordo secreto em outubro de 1941, no qual os EUA se comprometem em fornecer ajuda material e militar caso o Brasil seja agredido por outra república americana que, na opinião do governo dos EUA, seja simpática ao Eixo. Tratava-se, obviamente, de uma defesa comum contra a Argentina, país rival do Brasil e reticente à hegemonia norte-americana. Para o texto do acordo, ver CPDOC/FGV GV: 42.08.23/2 xxxviii/79.

⁶⁵ SILVA, H. Op. cit. p. 196 s.

pauta da Conferência irá girar em torno da defesa continental (ruptura e cooperação militar) e da cooperação econômica face ao conflito. Nessa conjuntura, não era segredo que a concessão de ajuda militar e econômica norte-americana à América Latina era subordinada à ruptura desta com o Eixo.⁶⁶

O clima da conferência será tenso em função da orientação imprimida pela Argentina, secundada pelo Chile, de manter a neutralidade, embora mantivesse o princípio de solidariedade considerando os EUA país *não beligerante*. A Conferência do Rio é extremamente importante para a política traçada por Aranha não só pelo fato de acontecer no Brasil e por ele ser presidida, mas por ter o Brasil ocupado ali uma posição vital para a política norte-americana. Será através de Aranha que o Departamento de Estado negociará junto à Argentina a fórmula intermediária da recomendação da ruptura para ser declarada ao final da conferência, o que preservaria a unidade, pelo menos nominal, do pan-americanismo.

Essa intermediação brasileira, que supunha o alinhamento prévio aos EUA, marcou não só o final da *equidistância pragmática* face aos blocos em conflito, mas a materialização progressiva das concessões norte-americanas, já negociadas, nas áreas de armamentos e indústria básica que permitiram a viabilização do projeto de supremacia econômica e militar do Brasil sobre a América Latina de forma geral, e sobre a Argentina, em particular. O prestígio político do Brasil frente aos demais países, especialmente Uruguai, Paraguai e Bolívia, era também significativo e contrastava com a Argentina que se via na iminência de um isolamento problemático. A

⁶⁶ SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993. p. 42.

partir de então, as tensões serão crescentes, tanto em função do antagonismo argentino à política dos EUA, quanto da rivalidade tradicional dos dois maiores países da América do Sul.

O ano de 1945 entra já com o pós-guerra no seu horizonte político e a nova ordem mundial como primeiro ponto na pauta das conferências internacionais. A Argentina, que vinha sofrendo um severo cerco diplomático, acrescido de embargos econômicos decorrentes de sua política de neutralidade, convoca a IV Reunião Consultiva de Chanceleres Americanos. Seu pedido, contudo, que continha uma iniciativa de distensão, foi rechaçado pelos EUA através da convocação da Conferência Especial de Consulta do Sistema Interamericano, ou Conferência de Chapultepec, realizada no México nos primeiros meses de 1945 e que credenciava apenas os países do continente em guerra com o Eixo.

O ponto central dessa conferência era a manutenção da unidade americana em torno das conferências do pós-guerra, nas quais os Estados Unidos deveriam fazer frente não só aos interesses de Inglaterra e França, mas aos da URSS. Assim, em caráter secreto, os EUA começam o processo de distensão com a Argentina, que teria a normalização de suas relações com o continente ao final da conferência caso previamente declarasse guerra ao Eixo.⁶⁷ Nesse processo, o Brasil mantém-se rigorosamente alinhado aos EUA, tanto na refutação da iniciativa argentina, quanto na formalização da conferência restrita aos países participantes do esforço de guerra, quanto no envio do novo embaixador brasileiro a Buenos Aires somente após o reconhecimento do governo argentino por

⁶⁷ SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993. p. 130.

Washington. A Argentina normalizava suas relações com o continente, entretanto, o fazia numa posição inferior à brasileira, no que toca a supremacia política, militar e econômica na região. O fiel da rivalidade, ao final da guerra, havia pendido em favor do Brasil.

No plano bilateral, por sua vez, o Brasil também executará uma política ativa, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Neste âmbito, a rivalidade com a Argentina era ainda mais clara, pois tratava-se da consolidação de uma zona de influência (Uruguai, Paraguai Bolívia e, em menor escala, Chile) em que ambos países possuíam velhas pretensões.

O esforço nas conferências em torno da obtenção de credibilidade do Brasil junto aos demais países da América Latina e a política de incremento da presença econômica entre os vizinhos apresenta resultados ainda no período que precede a consolidação da supremacia brasileira sobre a Argentina. No início de 1941, o embaixador Baptista Luzardo informa a Vargas que fora procurado pelo embaixador paraguaio em Montevideu para conferenciar a respeito de movimentos subversivos em seu país que, segundo ele, com apoio argentino, procuravam derrubar o governo do Paraguai de orientação pró-brasileira. Ponderava o representante paraguaio que se tal fato se desse, estaria instaurada a anarquia no Prata.⁶⁸

O que poderia ser apenas o apelo de um governo com dificuldades de sustentação interna, contudo, mostrou-se mais sério, pois a Bolívia, através de seu Chanceler, também manifestara a Luzardo a sua preocupação com uma eventual tomada de poder por parte dos grupos nacionalistas pró-argentinos, que poderiam reabrir as

⁶⁸ Carta de Baptista Luzardo a Getúlio Vargas. Montevideu, 29/01/1941. CPDOC/ FGV OA: 40.01.04/1.

discussões em torno da questão do Chaco. Em seu relato a Aranha, o embaixador brasileiro em Montevideu narra que o Chanceler paraguaio faz uma “profissão de fé” do Brasil como detentor do comando absoluto da diplomacia na América do Sul e pede um apoio decisivo brasileiro para o fortalecimento de seu governo através de um convite para o Chanceler paraguaio visitar oficialmente o Rio de Janeiro. O Paraguai por sua vez acenava com a aceleração das negociações em torno da abertura de uma agência do Banco do Brasil em Assunção e da construção da estrada de ferro que ligaria ambos países através do Mato Grosso. Em face disso tudo, Luzardo pondera:

O panorama geral é sombrio para o Paraguai, e o nosso papel, Osvaldo – já que conheces a história da nossa diplomacia e os rumos fixados pelo Barão – não será o de interceder resolutamente, prevenindo a direção que os outros buscam dar aos fatos ali desenvolvidos? Talvez tenhas aí, para uma grande atuação patriótica, a oportunidade hoje mais em evidência.⁶⁹

A sugestão de Luzardo encontra eco nos demais membros da EDB. De maneira discreta, porém efetiva, os apelos paraguaios são ouvidos e em agosto de 1941. Vargas visita Assunção e assegura, frisando os postulados de respeito à soberania dos demais países e do auxílio mútuo – os quais figuravam como norteadores da política externa brasileira – que seu governo em tudo faria para colaborar com o Paraguai e para a preservação da paz no continente.⁷⁰ Além do apoio político decorrente da visita presidencial e das declarações públicas de apoio, em breve estaria no Paraguai uma missão militar brasileira e alguns oficiais das forças armadas deste país seriam convidados a fazer cursos de aperfeiçoamento em

⁶⁹ Carta de Baptista Luzardo a Osvaldo Aranha. Montevideu, 13/02/1941. CPDOC/FGV OA: 40.01.04/1.

instituições brasileiras.

A crescente presença brasileira no Paraguai não deixou, dada a rivalidade Brasil/Argentina, de gerar repercussões em Buenos Aires. Em dezembro de 1942 Rodrigues Alves analisa o envio de uma missão argentina de instrução à marinha fluvial paraguaia como uma tentativa de contrabalançar a influência brasileira na região. Nesse sentido, conclui o Embaixador que o que está em questão:

É a velha história dos predomínios junto aos vizinhos mais próximos. A República Argentina vê que o Brasil, por efeito natural da expansão de seu progresso e da sua grandeza, vai aumentando o seu prestígio junto aos países menores que conosco circundam. E daí o seu afã de enviar missões que se sucedem à Bolívia, ao Chile, ao Peru, ao Paraguai e ao Uruguai.⁷¹

O ano de 1943 foi marcado por uma tensão crescente nas relações internacionais no Cone Sul, em grande parte acentuada pela instabilidade dos governos argentinos. Porém, o Prata não foi o único epicentro de crises. Nesse mesmo ano, começa a circular pelos meios diplomáticos e pela grande imprensa, discursos que defendem a necessidade de os países mediterrâneos do continente, especialmente a Bolívia, obterem uma saída para o mar. Tal discurso causa profunda preocupação ao governo chileno, temeroso que velhos conflitos fossem reacesos. De imediato, diferentes elementos da elite diplomática brasileira vêem na questão a oportunidade de o Brasil ampliar o seu prestígio político e a sua influência econômica na

⁷⁰ Discurso pronunciado em Assunção a 2 de agosto de 1941. VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. p. 99 et seq.

⁷¹ Carta de Rodrigues Alves a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 16/12/1942. CPDOC/ FGV OA: 42.01.02/4.

região através de uma ação mediadora, esvaziando as tensões e fornecendo facilidades de trânsito aos produtos paraguaios e bolivianos em seus portos.⁷² Dentro dessa linha de pensamento e de forma bastante pragmática, Samuel Gracie, embaixador brasileiro no Chile, faz as seguintes recomendações a Aranha:

Assim, parece que, agindo V. E. no sentido de apaziguar os ânimos exaltados dos dois antagonistas, prestaria mais um relevante serviço ao interesse de ambos, pois vincularia o Chile por novos laços de gratidão ao nosso país, mostrando, por outro lado, à Bolívia o interesse sempre vivo com que olhamos para seus problemas. Aliás, talvez seja mais vantajoso para o Brasil retardar que a Bolívia chegue ao Pacífico, valorizando as nossas vinculações fluviais e ferroviárias na zona do oriente boliviano, vizinha ao Mato Grosso.⁷³

Alguns meses mais tarde, Gracie torna a escrever ao Chanceler Aranha enviando os agradecimentos do Presidente chileno Arturo Rios pela interferência brasileira na questão, que culminou na cedência de facilidades à Bolívia no porto de Santos. O embaixador relata também que Rios renova seus votos de amizade com o Brasil e minimiza o conteúdo de aproximação política que os recentes acordos econômicos assinados com a Argentina pudessem vir a ter.⁷⁴

Ao longo de toda a sua gestão no Itamaraty, Aranha procurou afastar o Chile da órbita argentina, de maneira que qualquer aproximação mais consistente destes países, como a que se engendrou na Conferência do Rio de Janeiro, era especialmente preocupante e foi, sem dúvida,

⁷² Carta de Décio Coimbra a Getúlio Vargas. Montevideu, 09/02/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

⁷³ Carta de Samuel Gracie a Osvaldo Aranha. Santiago, 02/06/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

⁷⁴ Carta de Samuel Gracie a Osvaldo Aranha. Santiago, 04/11/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

um dos pontos que pesaram na decisão de interferir na polêmica boliviano-chilena de 1943. Ao largo dos anos da II Guerra Mundial, o perfil das relações bilaterais do Brasil com seus vizinhos mudou bastante. A imagem do isolamento lusitano no mar hispânico da América Latina não desaparece dos quadros da EDB, todavia, a visão de que o Brasil deveria ali consolidar uma supremacia associada aos EUA torna-se consensual e, ao cabo de alguns anos, engendrou análises de resultados. Nesse sentido, tentando avaliar a situação da política continental na segunda metade de 1943, Aranha escreve ao secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, nos seguintes termos:

(...) conseguimos, ainda que sem caráter definitivo, atenuar a predominância argentina no Paraguai e no Uruguai, mas não se desconhece que em troca, ela passou a exercer-se de forma extensiva sobre o Chile e a Bolívia. (...) A minha impressão pessoal que dou ao amigo, é de que hoje temos menos ascendência política – os Estados Unidos e o Brasil – na Bolívia, na Argentina e no Chile do que antes dos seus movimentos internos.⁷⁵

Cabe frisar que, para Aranha os interesses brasileiros e norte-americanos estavam em plena sintonia, de forma que o Brasil apoiava a política dos EUA no mundo e estes apoiariam a política do Brasil para a América Latina. Dois projetos de hegemonia diferentes, que eventualmente podem ser excludentes – na medida que mesmo numa posição de subordinação o Brasil pretendia gozar de certa autonomia, naquele contexto e no pós-guerra – eram colocados pelo Chanceler como complementares, de maneira que a ação do Brasil no âmbito das relações bilaterais com seus vizinhos estivesse em sintonia com

⁷⁵ Carta de Osvaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s. d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

o pan-americanismo, com os aliados e, em suma, com os interesses dos EUA.

Apesar dessa tensão, que permanecerá latente até o desenrolar das conferências do pós-guerra, onde o Brasil não ocupará o espaço que pretendia, e das limitações identificadas por Aranha, decorrentes do peso que a Argentina ainda sustentava, a diplomacia brasileira consegue ampliar o seu espaço de atuação junto aos demais países da região. Em 1944, após percorrer vários países da América do Sul em missão especial, o Cônsul Jaime de Barros fornece alguns elementos importantes para a avaliação da política hemisférica do Brasil do Estado Novo:

(...) voltei seguro de que cresceu o nosso prestígio na América, nos últimos anos, graças à sábia política de V. E., à nossa participação destacada nas decisões dos povos continentais, à fidelidade aos princípios pan-americanistas, à entrada do Brasil na guerra e ao desenvolvimento do nosso potencial econômico e militar.⁷⁶

Até aquele momento, o projeto de sub-hegemonia brasileira na América Latina associada aos EUA dava os frutos que a conjuntura específica daquele momento permitia, tanto nas relações com os EUA, quanto nos planos multi e bilaterais da política continental.

O pan-americanismo brasileiro: pragmatismo exitoso

A redefinição que a política externa brasileira sofre ao longo dos anos de 1930 se operou-se tanto no plano das suas relações com as grandes potências, compreendendo

⁷⁶ Relatório apresentado a Osvaldo Aranha pelo Cônsul Jaime de Barros Gomes. Rio de Janeiro, ??/04/1944. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

a manutenção de um pragmatismo comercial e de uma política pendular que visava barganhar o seu alinhamento, quanto na esfera continental, que visava de maneira clara e objetiva ampliar a presença econômica e construir uma supremacia política e militar na América Latina.

Apesar dessa visível mudança na ação externa do Brasil, algumas linhas básicas, pensadas ainda nos gabinetes imperiais, permaneceram como estruturas de longa duração na pauta de preocupações dos formuladores e executores da política externa brasileira daquele momento. Sua articulação, todavia, passou por reelaborações que as tornavam coerentes com a conjuntura política e econômica própria dos anos do primeiro governo Vargas, mas não deixavam de ser velhas teses que desde o século XIX faziam-se presentes nos quadros Itamaraty.

Nesse sentido, conforme aponta José Honório Rodrigues, três eixos fundamentais nortearam a política externa brasileira desde 1822 até o pós-II Guerra Mundial, compreendendo, então:

- a) preservação de nossas fronteiras contra as pretensões territoriais de nossos vizinhos: é a política do *status quo* territorial e, conseqüentemente, a defesa dos limites;
- b) defesa de nossa estabilidade política contra o espírito revolucionário, que perturbou nossa vida de 1824 a 1850. Foi (...) a política de intervenção contra os caudilhos platinos.
- c) defesa contra a formação de um possível grupo hostil de países hispano americanos, isto é, uma política de aproximação com os Estados Unidos, para não manter-se o Brasil isolado na América.

Daí decorrem outros tantos princípios: defesa dos limites; política de equilíbrio no Prata; intervenção contra ameaças a esse equilíbrio; aproximação com os Estados Unidos.”⁷⁷

⁷⁷ RODRIGUES, José H. e SEITENFUS, Ricardo A. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 60.

Desses eixos, a questão da defesa dos limites territoriais brasileiros será constantemente lembrada pelos militares que, dada a escalada da tensão internacional nos anos de 1930 e da fragilidade de sua corporação, bateram-se pelo reequipamento das forças armadas brasileiras, sendo que especial atenção foi dedicada às fronteiras próximas do Prata.⁷⁸ A política de intervenções diretas sobre vizinhos, desde a Primeira República não estava em sintonia com a opção de respeito ao direito internacional que o regime havia feito, todavia, não eram descartadas ações no plano diplomático e comercial, conforme vimos com os exemplos acima de Paraguai e Bolívia.

A defesa contra um eventual isolamento do Brasil na América Latina e a aproximação com os Estados Unidos será, por sua vez, o eixo central que conduzirá a atuação brasileira no âmbito do pan-americanismo, uma vez que, nos anos da guerra, este configurou-se como a estratégia mais viável para a realização do projeto varguista de modernização interna e de supremacia regional. Assim, a necessidade de buscar amparo econômico e militar em uma potência estrangeira (questão razoavelmente consensual na EDB), no que dependia do grupo de Aranha, encontrava-se plenamente sintonizada com a tradição de aproximação do Brasil com os EUA. Nos quadros do pan-americanismo, cujo discurso de cooperação e solidariedade continental afinava-se com a orientação legalista da política externa brasileira, o Brasil evitaria a possibilidade de uma união hispano-americana contra seus interesses, ou fronteiras, e ainda poderia diluir e mesmo administrar o peso político da Argentina na região.

⁷⁸ A demarcação final de várias linhas de fronteira, ao longo da década de 1930, foi várias vezes assinalada pela literatura de época. Ver, por exemplo: BARROS, Jaime. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 352 et seq.; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC-FGV/Universidade de Brasília, 1983. p. 318.

Alguns atores da elite diplomática brasileira, em suas reflexões exteriores às análises e relatórios que assessoravam diretamente os processos de tomada de decisão, viam o pan-americanismo que os Estados Unidos propagavam no continente por uma perspectiva extremamente pragmática, na qual o seu horizonte era a rivalidade com a Argentina e a manutenção do equilíbrio de forças na região, que sabia-se ter pendido em favor da Argentina ao longo dos anos 1930. O general Góes Monteiro, ao defender, já em 1934, a adoção de uma política nacionalista, no sentido de ruptura com a democracia liberal, recomendava o estreitamento de laços políticos, econômicos e comerciais com os EUA e com a América Latina. Em sua ótica, ainda que a unidade sonhada por Bolívar fosse uma hipótese remota e o conceito de pan-americanismo não estivesse ali claramente formulado, o continente, somente enquanto bloco, poderia garantir o seu equilíbrio.⁷⁹ Em outras palavras, para o general, o fortalecimento da política hemisférica representava uma possibilidade bastante ponderável de impedir que a Argentina viesse a projetar-se ainda mais sobre um contexto regional fragmentado.

As preocupações com o equilíbrio regional, todavia, não se restringiam ao segmento militar da EDB, havendo sensível penetração entre os diplomatas. Tal visão era, também, influenciada pela difusão das orientações geopolíticas que pensavam as relações internacionais na América do Sul a partir da rivalidade inevitável da bacia amazônica (Brasil) com a platina (Argentina). Nesse sentido, ao avaliar os dez primeiros anos da política externa do governo Vargas, o cônsul Jaime de Barros pondera da seguinte forma os interesses brasileiros na política continental:

⁷⁹ MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. p. 191 et seq.

Não será realmente difícil encontrar o equilíbrio no sistema de forças continentais que se distribuem entre os dois oceanos, o atlântico e o Pacífico, bem como entre as bacias do Amazonas e do Prata. Para isso, o Brasil precisa estender uma rede de comunicações que corresponda à projeção da rede ferroviária argentina. Os acontecimentos históricos verificados na Europa, a partir de 1914, e que agora mais se agravam, acentuaram ainda essa tendência da nossa política pan-americana. Firmou-se, poderosa, a convicção de que se empunha o desenvolvimento rápido da política de reconstrução da América. A unidade das nações deste hemisfério deverá repousar num consórcio econômico, moral e político, de todos os povos que habitam suas terras livres. O presidente Getúlio Vargas, retomando essa tradição da nossa política exterior, deu-lhe uma amplitude que assegurou invejável posição ao Brasil no Continente.⁸⁰

Para o chanceler Aranha, o Brasil encontrava-se isolado no cenário internacional dos anos de 1930, sem aliados consistentes na Europa, cercado pelos países hispânicos, que eram vistos *como inimigos naturais* e tendo ainda que fazer frente à Argentina, a velha rival. Os EUA, então, configuravam-se como a única potência cuja aproximação poderia ser vantajosa ao Brasil,⁸¹ e o pan-americanismo – propagado sob a bandeira da *boa vizinhança* da administração Roosevelt – seria o espaço institucional para preparar essa aproximação, sedimentada depois no âmbito bilateral.

A defesa do pan-americanismo será para Osvaldo Aranha um ponto central em sua política que, conforme foi visto, propunha-se a apoiar os EUA no mundo em troca do respaldo à sub-hegemonia brasileira na América Latina. Para tanto, o chanceler não poupava discursos e tampouco uma retórica dramática para defender a

⁸⁰ BARROS, Jaime. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 54.

⁸¹ HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 213.

orientação que procurava imprimir ao Itamaraty. Assim, reiterava em 1940 que

Neste transe, submetidos a esta provação, só salvaremos a cultura e a civilização americanas, a tranqüilidade e a paz de nossos povos, e a integridade mesma de nosso território se as bases de nossa estrutura comum americana tiverem consistência e organização capazes de resguardar cada um e todos os povos americanos dos efeitos catastróficos das lutas travadas nos outros continentes.⁸²

A defesa inflamada de Aranha não era uníssona no Ministério das Relações Exteriores, havia uma certa dissonância com a fala, por exemplo, do secretário geral do Ministério, José Roberto Macedo Soares, que no final de 1940 frisava que a aproximação brasileira com os EUA e com os demais países do continente não fechava as portas aos países europeus:

A solidariedade americana, sem embargo, como bem acentuou o barão do Rio Branco ao defini-la em memorável discurso: “não implica de forma alguma qualquer exclusão hostil de outras nações, com as quais mantemos relações de amizade”. - Esse elevado propósito está mantido na escrupulosa neutralidade do Brasil face à guerra da Europa (...).⁸³

A dissonância dos discursos, contudo, é apenas aparente e revela a adesão pragmática do Estado Novo ao pan-americanismo, que mesmo atuando firmemente nas Conferências Inter-Americanas e mantendo importantes canais de diálogo com os Estados Unidos, mantinha laços

⁸² Discurso pronunciado por Osvaldo Aranha em 23/12/1940 a convite do Departamento de Imprensa e Propaganda em ARANHA, Osvaldo. *A Revolução e a América*. Rio de Janeiro: DIP, 1940. p. 26.

⁸³ *O Presidente Getúlio Vargas e a Diplomacia - 1930-1940*. Conferência Ministrada por José Roberto de Macedo Soares no Palácio Tiradentes, em 23/12/1940 em ARANHA, Osvaldo. *A Revolução e a América*. Rio de Janeiro: DIP, 1940. p. 76 et seq.

comerciais e militares com Alemanha e Itália que deixaram o alinhamento internacional do Brasil indefinido até o final do ano seguinte. Dentro da política de barganhas conduzida por Vargas, Macedo Soares, de maneira arguta, defendia o pan-americanismo mas lembrava a todos que os laços com as potências européias permaneciam firmes através da política de neutralidade que então vigorava.

No plano interno, a imprensa do Estado Novo tratou de difundir a doutrina do pan-americanismo e mesmo a idéia de que, ao contrário das reservas que a EDB tinha para com os demais países latinos do continente, havia no Brasil uma tradição pan-americanista. Um dos principais espaços de difusão dessas idéias nos meios intelectuais foi a revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), não poupando também eventuais artigos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.⁸⁴ Embora não tenha sido concluída a tempo para ser editada antes do término do Estado Novo, a obra de Gustavo Capanema, que seria a visão oficial acabada do governo Vargas, um auto-retrato, também reproduzia o discurso da amizade e da solidariedade do Brasil em relação à América Latina, enfatizando o processo de construção do pan-americanismo e da superação dos conflitos regionais.⁸⁵

No plano externo, Aranha foi um importante artífice para a difusão do pan-americanismo junto aos demais países do continente, procurando, inclusive, estabelecer

⁸⁴ Para essa questão, ver, por exemplo, MEDEIROS, J. Paulo. Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 31-36, jan. 1943; GRANDE, Humberto. A doutrina do pan-americanismo bélico do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 26-42, jan. 1945; DOCCA, Sousa. Tradição pan-americanista do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 179, p. 105-128, abr./jun. 1943.

⁸⁵ SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC-FGV/Universidade de Brasília, 1983. p. 320 et seq.

entendimentos com a Argentina do presidente Roberto Ortiz para a Conferência de Lima, em 1938.⁸⁶ Após a eclosão da guerra européia e de sua primeira viagem aos EUA, Góes Monteiro também irá somar-se à defesa do pan-americanismo e da unidade continental, discursando não só às autoridades militares argentinas, mas aos demais vizinhos.⁸⁷ Esses entendimentos com os dirigentes de Buenos Aires faziam parte de uma política de aproximação e distensionamento com a Argentina, imprimida no início da gestão Aranha no Itamaraty.

Em alguns segmentos da elite diplomática brasileira, o discurso do pan-americanismo encontra repercussão bastante favorável, como é o caso de Rodrigues Alves, que, em 1939, via no fortalecimento da unidade continental a melhor defesa contra as ameaças que a guerra trazia ao continente.⁸⁸ Todavia, em diversos setores da EDB, permaneciam desconfianças, reservas e preconceitos em relação ao pan-americanismo – cujo viés hegemônico norte-americano não era, em absoluto, desconhecido⁸⁹ – e aos vizinhos de língua espanhola; de maneira que o próprio Aranha ponderava que se não fosse a ligação com os EUA, seus vizinhos já teriam coligado-se contra o Brasil.⁹⁰ Na mesma direção, apontava a análise de um dos quadros da Embaixada Brasileira em Montevideú a respeito de uma campanha simultânea nas imprensas peruana, chilena e argentina contra o Brasil:

⁸⁶ Cartas de Osvaldo Aranha ao Chanceler argentino José Maria Cantillo. Rio de Janeiro, 18/07 e 17/11/1938. CPDOC/FGV OA: 38.01.21/1.

⁸⁷ Para essa questão, ver os discursos do general Góes por ocasião da visita da missão militar argentina ao Rio de Janeiro e das comemorações do cinquentenário da proclamação da República. AP 51: cx. 02 doc. 01 vol. 8, 11 e 12.

⁸⁸ AHI: Carta de Rodrigues Alves a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 05/10/1939.

⁸⁹ Carta pessoal a Mendes Viana, Buenos Aires 9/12/1940 em LYRA, H. Op. cit. p. 502 s.

⁹⁰ HILTON, S. 1977. Op. cit. p. 45.

Percebia-se claramente o que pretendiam: procurava-se uma preciosa razão econômica, em torno da qual Peru, Equador, Colômbia e Venezuela se incorporassem mais clara e decisivamente à velha corrente histórica argentina contra nós. (...) Continuo dizendo que não devemos ter ilusões quanto aos países hispano-americanos. Só mesmo *um poderoso interesse conseguirá abalar estas forças que se estruturam e disciplinam contra nós*.⁹¹ (Grifo nosso).

As declarações oficiais e os discursos de defesa do pan-americanismo que proclamavam a sólida e tradicional amizade entre as repúblicas americanas tratavam de, discretamente, ocultar uma profunda e antiga desconfiança para com os países vizinhos que imperava nas bases das percepções da elite diplomática brasileira.

O pragmatismo da adesão brasileira ao pan-americanismo reside, em parte na manutenção, até o seu limite máximo, da *equidistância pragmática* por Vargas, que colocava segmentos aliadófilos de seu governo a negociar com os EUA enquanto os germanófilos tratavam com a Alemanha. Por outro lado, reside também na orientação imprimida pelo Itamaraty de manter uma atuação intensa nos foros inter-americanos de defesa da solidariedade continental – apesar de suas reservas – e procurar sempre o estabelecimento de relações especiais, paralelas ao sistema coletivo, com os Estados Unidos. Nessa perspectiva deram-se as conversações de Góes com as autoridades norte-americanas, a formação da Comissão Mistas Brasil-EUA e as instruções de Aranha a Pimentel Brandão, cujo êxito é conhecido na obtenção de concessões especiais na esfera econômica e na militar. Dentro dessa mesma perspectiva, o chanceler brasileiro procurava entendimentos com o seu colega

⁹¹ Carta de Renato Barbosa a Osvaldo Aranha. Montevideu, 25/07/1944. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

norte-americano para assegurar a *histórica e natural preeminência* brasileira na América do Sul, bem como evitar que a Argentina viesse a ampliar a sua influência política sobre os demais países da região.⁹²

A elite diplomática brasileira, que entre 1930 e 1945 pensou e conduziu a política externa nacional, no embate de suas heterogeneidades e rivalidades internas, construiu orientações de longo curso para a inserção internacional brasileira. Partindo de uma visão bastante acurada do convulsionado contexto mundial e das limitações econômicas e militares do Brasil, desenvolveu estratégias para, explorando as rivalidades das grandes potências, superar tais impasses e levar adiante a perspectiva de exercer uma sub-hegemonia – associada aos EUA – sobre a América do Sul. O caminho pragmaticamente escolhido para por em prática tal orientação foi o do pan-americanismo, que apesar de não ter fornecido todos os frutos desejados, uma vez que o pretendido assento no Conselho de Segurança da ONU não se materializou em 1945, oportunizou ao Brasil o acelerado reequipamento de suas forças armadas, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e a supremacia política e militar sobre a Argentina, seu tradicional rival na política continental. As orientações que a EDB imprimiram eram, sem dúvida, autoritárias e sensivelmente influenciadas pelas doutrinas geopolíticas, todavia, o seu nacionalismo procurou explorar as brechas do sistema internacional e projetar o Brasil, um país periférico, para uma posição de maior relevância pelo menos no sistema interamericano.

⁹² Carta de Osvaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s.d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.

Bibliografia

ARANHA, Osvaldo. *A Revolução e a América*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

BARROS, Jaime. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Wanderley M. da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

DOCCA, Sousa. Tradição pan-americanista do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 179, p. 105-128, abr./jun. 1943.

FONSECA, Pedro. *Vargas: a construção do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRANDE, Humberto. A doutrina do pan-americanismo bélico do Brasil. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 48, p. 26-42, jan. 1945

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEDEIROS, J. Paulo. Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 31-36, jan. 1943

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RODRIGUES, José H. e SEITENFUS, Ricardo A. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC-FGV/Universidade de Brasília, 1983.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente a questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990.

SILVEIRA, Helder V. *A integração latino-americana: projetos e realidades*. Porto Alegre: Edipucrs, 1992.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil - X. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944. p. 53 et seq.*

As visões da elite diplomática brasileira em relação à Argentina: a problemática do caso argentino (1944)⁹³

Aqui estamos, de binóculo em punho, mirando o que se vai na outra margem. Há muito que o barômetro político do Prata anunciava tempestade próxima e sinistra e a atmosfera carregou-se de boatos e mais boatos.

(Décio Coimbra, 1944)

As temáticas relativas à política externa brasileira no primeiro governo de Getúlio Vargas e, especialmente, do Estado Novo são, sem dúvida, umas das mais estudadas pela historiografia das relações internacionais do Brasil. O momento raro em que um país periférico no concerto das nações assume uma dupla relevância – econômica e estratégica – para os atores principais desse cenário vem fazendo com que historiadores, de diferentes correntes teóricas e linhas interpretativas, debruçem-se sobre esse período, estabelecendo periodizações, descrições, análises

⁹³ Este texto foi originalmente publicado em Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS), volume 11, 1995.

⁹⁴ Há, sem dúvida, uma extensa produção nessa área, destacando-se os trabalhos de SILVA, Hélio. 1939: véspera de guerra. Rio de Janeiro: Civilização

e conceitos para dar conta dessa realidade.⁹⁴

Apesar das diferenças teóricas entre as diversas formas com que a historiografia brasileira vem abordando a política externa do Estado Novo, é possível fazer-se algumas considerações relativas à maneira com que elas tratam a questão dos agentes que protagonizaram os processos.

a) Embora o indivíduo, ou o chamado “*policymaker*”, esteja no centro da formulação e da execução da política externa, essa figura tem sido pouco trabalhada na construção da explicação histórica a respeito do tema.

b) É possível afirmar, então, que nesse ramo da historiografia, o sujeito histórico aparece de forma simplificada, sendo que esta varia de acordo com a sua orientação teórica.

Utilizando esse critério, é possível fixar duas linhas básicas, das quais decorrem os modos pelos quais se processam a referida simplificação. Na primeira delas, em que se destacam os trabalhos de orientação mais empirista de Hélio Silva e Stanley Hilton, o sujeito histórico figura no centro da explicação, entretanto, o seu papel e a sua inserção na correlação de poder em que atua não são discutidos.

Brasileira, 1972; SILVA, Hélio. 1942: guerra no continente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Buscando estabelecer uma periodização mais analítica, destaca-se o trabalho de SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Nacional, 1985. Os volumosos trabalhos do brasilianista Stanley Hilton publicados no Brasil no final da década de 1970 constituíram-se em referência básica, dada a dimensão da pesquisa efetuada, destacando-se as obras:

- *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939*, aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Procedendo uma mudança teórica e interpretativa, revela-se a obra de MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na segunda orientação, de cunho fundamentalmente marxista, o sujeito é deslocado para uma posição acessória, de maneira que a argumentação é fundada nos movimentos estruturais e conjunturais do sistema internacional e da política interna e no cotejo com a ação política desse sujeito. Bem mais complexa, é verdade, a explicação marxista opera em níveis diferenciados, porém, não reserva um espaço além daquele da conjuntura para trabalhar a questão do sujeito histórico.⁹⁵

Nesse sentido, é possível demarcar um duplo silêncio nas obras que versam sobre a política externa brasileira do Estado Novo. Em um plano inicial, não há uma preocupação sistemática em se discutir e analisar a figura dos formuladores e executores da política externa, a sua inserção na correlação de forças que ocupa no poder político dificilmente é trabalhada.⁹⁶ Em um outro plano, há uma lacuna no que toca às formas com que esse sujeito percebia a realidade internacional, de maneira geral, e as relações do Brasil com a Argentina, de forma específica.⁹⁷ Sem ter-se debruçado sobre o sujeito histórico, a historiografia acabou tangenciando o universo das representações por ele elaboradas.

⁹⁵ SVARTMAN, Eduardo M. *Estrutura narrativa e sujeito na historiografia da política externa brasileira da II Guerra mundial*. Datilografado. Porto Alegre: CPG-História UFRGS, 1995.

⁹⁶ Em seus estudos sobre a política externa da era Vargas, Gerson Moura procura estabelecer uma conjugação teórica entre um marxismo de orientação gramsciana e o modelo de política burocrática de Allison. Nessa proposta sensivelmente original, o sujeito, numa perspectiva mais coletiva que individual, tende a ocupar um espaço mais significativo na argumentação, no entanto, as categorias estruturais acabam prevalecendo nessa tentativa de mediação. Para essa questão, ver MOURA, Gerson, op. cit., p. 29 et seq. Para a questão da política burocrática, ver ALLISON, Graham. *Essence of decision*. Boston: Little Brown, 1977.

⁹⁷ O trabalho de Elmar Sauer analisa em profundidade vários pontos das relações Brasil/Argentina nos anos de 1940, porém, não era sua proposta analisar como a diplomacia brasileira pensava essas relações. Para essa questão, ver SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

Delimitadas essas lacunas, este texto analisa as representações que os formuladores e executores da política externa brasileira construíram a respeito da Argentina em um contexto político específico, que foi o chamado “caso argentino”, em 1944. Para tanto, é necessário que se precise melhor quem eram estes formuladores e executores da política externa brasileira.

Na verdade, trata-se da *elite diplomática brasileira* (EDB), que aparece no título deste trabalho. Esse conceito não envolve apenas os diplomatas, que seriam os atores naturais da política externa de qualquer país, mas também políticos e, em especial, militares que, dada a especificidade da estrutura política interna de poder do Estado Novo, dividiam postos-chave na orientação da política externa brasileira.

O emprego de um conceito um tanto dilatado para dar conta dos agentes em questão se faz necessário devido ao fato de que o Itamaraty – que por si só já é uma pluralidade – era apenas um dos órgãos oficialmente envolvidos nos rumos da política externa do governo Vargas. Os Ministérios da Fazenda e da Guerra, o Estado Maior do Exército e, durante seu funcionamento, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) estiveram em diferentes momentos e com diferentes correlações de força envolvidos na questão.⁹⁸

Além dessa diversidade de organismos, a prática de comissionar embaixadores não oriundos dos meios diplomáticos para postos-chave fez com que políticos como Batista Luzardo ou Negrão de Lima fossem deslocados para a diplomacia, tornando a elite diplomática brasileira um segmento do Estado em que elementos de diferentes inserções na burocracia do Estado Novo atuavam.

⁹⁸ Para essa questão, ver HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. p. 272.

Nessa diversidade, na qual conviviam elementos de diferentes *inserções burocráticas*, a elite diplomática brasileira possuía um relativo grau de homogeneidade em suas orientações. Pois só puderam dela fazer parte, aqueles que haviam comprometido-se não apenas com a Revolução de 1930, mas com a implantação do Estado Novo. Essa relativa homogeneidade, contudo, não eliminava o conflito interno, pois dentro desse *grupo* haviam marcantes diferenças político-ideológicas. Esse conflito interno, por sua vez, foi administrado com relativo êxito até 1944, quando Osvaldo Aranha se afasta do Itamaraty e o grupo do general Eurico Gaspar Dutra depõe Vargas um ano depois.

Delimitadas estas nuances da EDB, é possível afirmar que as suas percepções sobre a realidade internacional da época alicerçavam-se sobre três questões básicas, que eram, por assim dizer, a fundamentação da agenda de política externa brasileira.

A primeira questão, consistia no projeto modernizador nacional. Embora o Estado Novo não tivesse abandonado as políticas de defesa do café, a necessidade de modernização do Estado e da Sociedade passaria a figurar como uma das linhas a serem observadas nas negociações de acordos econômicos e políticos de âmbito externo. Para diferentes setores da EDB, a industrialização permitira ao Brasil estabelecer um novo nível de ação internacional. Em face dessa questão, por exemplo, os militares exerceram significativa pressão em torno do reequipamento das forças armadas e potencialização de uma indústria autônoma, mobilizável em tempo de guerra.⁹⁹

⁹⁹ Para a questão da industrialização no Brasil ver DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. E, para os militares, ver HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. In: _____. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. In: *A Revolução de 1930. Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FAV/ Universidade de Brasília, 1983.

A segunda questão consiste na idéia de se estabelecer a preponderância política e econômica brasileira no subcontinente. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, são revigoradas as tradicionais orientações do Itamaraty de preservação das fronteiras nacionais e de manutenção do *status quo* no Prata. Nelas, estava implícita, sem dúvida nenhuma, a rivalidade com a Argentina, que agora assumia um novo perfil, inspirado no pensamento geopolítico e na busca da retomada da hegemonia militar brasileira na região.¹⁰⁰

A terceira questão, por sua vez, é relativa à adesão ao pan-americanismo. Apesar de ter figurado como orientação central da gestão de Osvaldo Aranha no Itamaraty, o governo Vargas executou uma longa e negociada caminhada desde a equidistância entre as potências no início da guerra até a adesão oficial na Conferência do Rio de Janeiro, em 1942. Longe do temido perigo alemão, o alinhamento do Brasil à política de Washington terminou por ser vislumbrado como a possibilidade mais viável de realização do projeto nacional, da retomada da hegemonia regional e da preservação da integridade territorial.¹⁰¹

Será com base no quadro acima referido que a EDB irá construir as suas visões sobre a Argentina. Inspirada por um projeto modernizador, alimentada pela idéia de construir a sua preponderância sobre os demais países da região e, a partir de 1941/42, oficialmente alinhada

¹⁰⁰ RODRIGUES, José Honório. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente à questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *As relações Brasil/Argentina no contexto da II Guerra Mundial e a questão dos movimentos militares de fronteira (1942-1944)*. Monografia. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

¹⁰¹ A disputa entre os EUA e o Eixo pelo mercado brasileiro e o processo de alinhamento do Brasil aos EUA é discutido em MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ao pan-americanismo divulgado pelos EUA, a EDB irá monitorar atentamente o contexto político e econômico sul-americano. Dentro dessa perspectiva, dará especial atenção às políticas implementadas pela Argentina sobre este contexto.

Assim, sofrendo maior influência da questão do pan-americanismo e da preponderância brasileira, os quadros da EDB de inserção burocrática política e diplomática, cujo mote das preocupações e debates girava em torno das questões ligadas à solidificação dos tradicionais laços do Brasil com os EUA, irá construir uma imagem da Argentina como possível liderança regional. Tal possibilidade, contrariava os interesses desse segmento da EDB, que pretendia essa posição para o Brasil, e os dos EUA, que não pretendiam vozes dissonantes no Sistema Americano. Assim, o monitoramento efetuado visava apontar as ações argentinas em prol do estabelecimento da sua hegemonia ou, pelo menos, influência política sobre os países do Prata, no sentido de construir um sistema paralelo, ou oposto ao pan-americanismo.

Influenciado pelo projeto modernizador nacional e pela idéia de preponderância política, econômica e militar, no qual as preocupações em torno da geopolítica, armamentismo e rivalidade com a Argentina são mais presentes, o segmento da EDB cuja inserção social está ligada ao estamento militar irá construir a imagem da Argentina como o principal inimigo em potencial do Brasil. Nesse sentido, o monitoramento feito por tal segmento da EDB pretendia mapear e analisar as possibilidades reais e imaginárias de a Argentina estabelecer uma hegemonia militar e econômica na região.

Antes de analisar estas duas formas de representação da realidade elaboradas pela EDB, é preciso que se situe o contexto no qual elas foram vazadas e as questões políticas e econômicas que estavam implícitas nas

posições assumidas pelos países envolvidos.

Aquilo que os meios diplomáticos da época convencionalmente passaram a designar como *caso argentino*, constituía, de fato, na problemática do não reconhecimento por parte dos EUA e dos países latino-americanos a eles alinhados do governo argentino do general Farrell – que assumira o poder em fevereiro de 1944.

O que parece ser apenas mais um episódio das relações diplomáticas de Argentina e EUA, é revelador de um longo processo de radicalização de posições perante o contexto internacional da II Guerra Mundial, no qual estava em jogo o sistema de poder arquitetado pelos EUA, que através do sistema pan-americano pretendia consolidar a América Latina como sua área de influência,¹⁰² a resistência argentina em inserir-se nesse sistema e a disputa pela hegemonia regional por parte de Brasil e Argentina.

Esse processo que se desenrola desde o início da política de boa-vizinhança, anunciada por Franklin Roosevelt, irá assumir uma conotação mais crítica a partir da III Conferência de Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942. Essa conferência, cuja pauta compreendia nas políticas a serem assumidas em conjunto pelo continente em face da mundialização do conflito europeu, marca o alinhamento do Brasil à política propagada pelos EUA e a oposição que a Argentina crescentemente irá desenvolver ao sistema liderado pelos norte-americanos, bem como à ruptura de relações diplomáticas com os países do Eixo.

¹⁰² Para essa questão, ver: MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Para uma perspectiva diferenciada, ver também BEMIS, Samuel Flagg. *The Latin-American Policy of United States*. New York: Notron Library, 1971.

Nesse posicionamento diferenciado em face dos EUA estão implícitos, por parte do Brasil, as três questões básicas que permeavam a ação da EDB (o pan-americanismo como melhor alternativa de realização do projeto industrializante e da preponderância regional). Com relação à Argentina, que disputava com o Brasil a mesma condição, uma adesão ao modelo de pan-americanismo capitaneado pelos EUA implicaria não só em uma subordinação de seus interesses políticos e estratégicos aos EUA e ao Brasil, mas em uma renegociação de seus mercados consumidores, uma vez que os norte-americanos eram seus concorrentes.

Será, então, a partir de fevereiro de 1942 que os EUA irão desenvolver uma política de crescente pressão sobre a Argentina¹⁰³, compreendendo pressões diplomáticas, restrições ao acesso a materiais estratégicos e embargos comerciais coletivos, que visavam estrangular a economia portenha com o intuito de restringir as possibilidades argentinas de sustentar sua posição de neutralidade e de distanciamento do pan-americanismo.

As crescentes pressões externas irão precipitar a já pouco estável política interna argentina a uma ruptura do processo nominalmente democrático em julho de 1943. Nesse momento, as oligarquias agroexportadoras, de orientação liberal, são desalojadas por um golpe militar que, sob o discurso da moralização das instituições, possuía um forte apelo nacionalista, liderado pelo GOU (Grupo de Oficiales Unidos).¹⁰⁴

Paradoxalmente, será esse o governo que em 28 de janeiro de 1944 irá decretar a ruptura das relações diplo-

¹⁰³ ESCUDÉ, Carlos. *El boicot norteamericano en la Argentina en la decada de 40*. Buenos Aires: Centro Editor de Amerca Latina, 1988.

¹⁰⁴ Para uma análise extensiva das intervenções militares na política argentina e, em especial do GOU, ver POTASH, Robert. *El ejercito y la politica en la Argentina (1928-1945)*. De Irigoyen a Peron. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

máticas argentinas com o Eixo. Até então, o Prata fora palco de pressões econômicas, intimidações militares¹⁰⁵ e a Argentina chegou a ensaiar movimentos militares nas suas fronteiras com o Brasil no intuito de refrear as pressões.¹⁰⁶ Porém, setores moderados das forças armadas, menos imbuídos de um nacionalismo que se confundia com fascismo e da visão geopolítica, que tinham no presidente Ramirez o seu principal representante, optaram por um recuo na sua política externa, rompendo com o Eixo, mas sem assumir a totalidade dos compromissos do pan-americanismo, a fim de evitar um acirramento do contexto internacional. Na verdade, tratava-se da única alternativa que restara ao governo Ramirez para manter uma certa credibilidade internacional, pois o Departamento de Estado norte-americano ameaçava levar a público documentos secretos que provavam o apoio de militares argentinos ao golpe que derrubara o presidente boliviano em 1943, o que esvaziaria qualquer argumento de legitimação da resistência argentina de aderir ao sistema encabeçado pelos EUA.

A ruptura, que foi uma decisão quase particular de Ramirez e de seu chanceler, acarretou em outra reviravolta na política interna argentina, a qual culminou na ascensão dos setores nacionalistas mais radicais das forças armadas ao poder. Farrell, que era o vice-presidente de Ramirez, apoiado pelo GOU e assessorado pelo então coronel Juan Domingo Peron, destituiu Ramirez, obrigando-o a assinar uma “delegação de mando”. Tal

¹⁰⁵ No final de 1943 os EUA deslocam uma parte da sua esquadra do Atlântico para o Prata, onde seu comandante faria claras ameaças ao governo Argentino. Ver: BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.

¹⁰⁶ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *As relações Brasil/Argentina no contexto da II Guerra Mundial e a questão dos movimentos militares de fronteira (1942-1944)*. Monografia. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

declaração, convenientemente forjada, autorizava Farrell a exercer a presidência, abandonada por Ramirez devido a motivos de saúde. Tratava-se pois de um instrumento de legitimação de maneira que o “golpe dentro do golpe” não viesse a requerer reconhecimento internacional.

É nesse contexto que se inscreve o que se chamou de “caso argentino”, pois tanto o Departamento de Estado norte-americano, quanto a elite diplomática brasileira sabiam que se tratava de um novo governo, com um perfil que se revelava nacionalista, extremamente preocupado com questões estratégicas e geopolíticas, sem a menor intenção de alinhar-se ao sistema interamericano e com pretensões de liderança regional, através da constituição de um bloco de países hispânicos. Assim, apesar da ruptura, a perspectiva era a de radicalização das posições, e foi em decorrência disso que os EUA e o Brasil adotaram uma política de não reconhecimento do governo Farrell.

Trata-se de mais um momento tenso das relações Brasil/Argentina, no qual a relação de forças no país vizinho não era totalmente clara para a EDB, forçando-a, assim, a desenvolver estudos e a tecer opiniões que são reveladores das suas percepções em relação à Argentina.

A diplomacia brasileira no Prata estará atenta às manobras do governo Farrell para administrar a crise do reconhecimento. Os militares argentinos irão estabelecer contatos e pressões, especialmente no Uruguai e no Paraguai, com o intuito de obter senão o reconhecimento explícito, um *modus vivendi* no qual as relações permaneçam no mesmo nível.

Assim, segundo a crença do general Góes Monteiro, que à época encontrava-se no Prata, a Argentina vinha atuando junto à oposição uruguaia com intuito de entrar as resoluções relativas ao *caso argentino* no Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Con-

tinente (CCEDPC),¹⁰⁷ que era presidido pelo chanceler uruguaio, Alberto Guani. A renúncia do ministro das Relações Exteriores do Paraguai fora interpretada como decorrente de pressões de militares ligados a Buenos Aires.¹⁰⁸

A idéia de que a Argentina intervinha na política interna de seus vizinhos para obter apoio a sua política externa não era exclusiva de elementos do estamento militar. Décio Coimbra, ministro de segunda classe em Montevideu, ao analisar a questão da renúncia do presidente Ramirez, lembrava que:

A delegação de mando tem todas as aparências de forjada pela mesma gente que fabricou a renúncia de Peñaranda na Bolívia.¹⁰⁹

O episódio da Bolívia não fora esquecido, e representava, para a elite diplomática brasileira de forma geral, um significativo indício da política argentina de estabelecer uma zona de influência no continente paralela ao pan-americanismo. Para Coimbra, a Argentina tinha claros planos de construir sua liderança em face dos demais países do continente e este teria sido o motivador da resistência de Buenos Aires em romper com o Eixo:

As raízes da neutralidade argentina devem ser procuradas mais longe: no orgulho nacional, no enfaustamento produzido pela riqueza que acirra as veleidades de hegemonia

¹⁰⁷ A criação do CCEDPC fora assentada durante a III Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos (ou Conferência do Rio de Janeiro de 1942), como um órgão que visava coordenar a defesa política e a contrapropaganda ideológica no continente americano. Mais do que um organismo de coordenação, o CCEDPC consistiu em um espaço de disputa política internacional entre as Conferências do Rio e de Chapultepec, em 1945. O comitê continuará operando no pós-Guerra, porém, em um contexto de repressão não mais ao nazismo, mas ao comunismo.

¹⁰⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI): GM/OA Montevideu, 10/03/44 e telegrama nº 25 - Gôes Monteiro/MRE, Montevideu, 05/03/44.

¹⁰⁹ Carta de Décio Coimbra a Osvaldo Aranha. Montevideu, 29/02/1944. CPDOC/FGV: OA 43.02.17/2.

do antigo vice-reinado do Prata fazendo perder o senso de proporção e de moderação e alimentando as suas ambições desmedidas de contrapor Buenos Aires, arvorada em metrópole da hispanidad, a Washington, disputando a sua influência sobre a América do Sul.¹¹⁰

A visão desse diplomata não era nem um pouco simpática à Argentina. Embora nela transpareça uma certa má vontade, que dá vazão a expressões um tanto subjetivas como “orgulho nacional” ou “enfaustamento”, a sua visão revela as preocupações que a elite diplomática tinha em relação à Argentina naquele contexto. A construção de uma hegemonia regional argentina, inspirada nas dimensões do vice-reinado do Prata era preocupante não só porque se opunha ao projeto brasileiro de estabelecer a preponderância no subcontinente em consonância com os EUA, mas porque conclamava exclusivamente os países de origem hispânica a uma união independente das orientações do pan-americanismo, o que certamente serviria de legitimador às posições argentinas reticentes aos interesses norte-americanos.

Isso motivou a realização de estudos por parte dos segmentos da EDB ligados aos meios políticos e ao Itamaraty que fornecessem uma idéia mais precisa das intenções de Buenos Aires em torno da construção da sua liderança no continente. O próprio Décio Coimbra foi um dos que executaram um intensivo monitoramento dos movimentos argentinos com o intuito de demarcar os passos que eram dados por aquele país. Nesse sentido, ele frisava que:

Os militares argentinos estão convencidos de que chegou a hora para a Argentina jogar a sua partida de política internacional e de conquistar posição de grande potência

¹¹⁰ Carta a Osvaldo Aranha. Montevideu, 28 de janeiro de 1944. CPDOC/FGV OA 43.02.17/2.

em um mundo convulsionado pela guerra. (...) Irredutíveis e intratáveis, os militares argentinos rejeitaram toda a política de cooperação pan-americana e estão organizando um grupo a parte, construindo um bloco de nações em torno do eixo Buenos Aires-Santiago, e ao que proclamam, dispostos a tudo para fazer frente à política de *não reconhecimento* que os Estados Unidos encabeçaram. ¹¹¹

Nessa conjuntura de pressões tanto dos EUA quanto da Argentina em torno da construção real ou imaginária de blocos políticos, o embaixador brasileiro em Montevideu, Batista Luzardo, secundando a idéia de Coimbra de um eixo Buenos Aires-Santiago, procura dimensionar o que seria a *hispanidad* ou *argentinidad*. Para o antigo membro do Partido Libertador que com a implantação do Estado Novo fora comissionado embaixador no Uruguai, a ação de Buenos Aires

(...) obedece a um plano deliberado e de largo alcance de sabotagem argentina contra o pan-americanismo, que vem sendo praticada desde o governo Castillo, [e] que embora servindo aos interesses do Reich, ninguém acredita que seja por amor a uma Alemanha quase derrotada, mas sim para explorar, em proveito próprio, todos os fatores de desordem que possam ajudar a insurreição, já agora declarada, contra os Estados Unidos e o pan-americanismo, com o fim de lançar a América na confusão e na anarquia e, desse modo, abrir passo às ambições da *argentinidad*. ¹¹²

Embora os estudos de Décio Coimbra sobre a Argentina tivessem um caráter mais informativo e sugestivo, dado a sua posição na hierarquia de poder na EDB, a visão de Luzardo possuía uma repercussão sobre a

¹¹¹ Relatório: *Impressões sobre o caso argentino em face da política externa americana*. Montevideu, 24/03/1944. CPDOC/FVG: GV 44.01.15/xliii - 58b.

¹¹² Carta a Rodrigues Alves. Montevideu, 27/03/44. CPDOC/FGV GV 44.01.15/xliii - 67c.

realização de políticas, ou seja, a tomada de decisões, sensivelmente maior, não só por se tratar do embaixador, mas por ele ter ocupado interinamente a representação brasileira no CCEDPC em 1943.

A visão de Luzardo desvincula a oposição ao pan-americanismo, já num contexto avançado do conflito europeu, dos interesses da Alemanha, coisa que no início da guerra não era comum, e dá a entender que a Argentina possui uma gama de interesses próprios que, para serem viabilizados, dependiam do deslocamento do pan-americanismo. Nesses interesses figuraria a construção de sua hegemonia na região, cuja base de apoio dependia da intervenção – conforme foi colocado antes – na política interna de países como o Paraguai e o Uruguai.

O governo do general Farrell, cuja crise do não reconhecimento foi denominada como o “caso argentino” pela diplomacia da época, era visto pela legação brasileira em Montevideu como um governo nitidamente danoso aos interesses brasileiros no Prata e na América Latina como um todo. A idéia de que os militares que ocupavam o poder em Buenos Aires pretendiam formar uma coalizão de países opositores ao pan-americanismo e ao Brasil, na qual a desestabilização interna e a perturbação da ordem do sistema continental consistiam na sua principal estratégia, era extremamente arraigada e aparentemente consensual.

No entanto, uma das características da EDB é a sua diversidade e, em Buenos Aires, o embaixador José de Paula Rodrigues Alves analisava os mesmos acontecimentos a partir de um prisma sensivelmente diferente. O velho diplomata, filho do ex-presidente da república Joaquim Francisco Rodrigues Alves, que servia pela segunda vez como embaixador brasileiro na Argentina, possuía uma visão mais voltada ao processo político interno daquele país o que, embora estivesse atento também aos

movimentos argentinos em torno da construção de uma liderança continental, permitia-lhe avaliar a extensão dos discursos difundidos. Logo da formação do governo do general Farrell, em março de 1944, o embaixador faz as seguintes ponderações quanto à ação do Brasil frente a Argentina:

O que convém é que os países americanos atuem com prudência sem precipitação e sobretudo sem ameaças, pois do contrário, o único que conseguiríamos seria unificar a opinião nacional em torno do governo, antes que ele se desfizesse dos elementos que dentro dele nos são nocivos. O sentimento nacional argentino é, como todo sentimento nacional, muito suscetível e reaciona violentamente contra qualquer influência estrangeira nos seus negócios domésticos ¹¹³

Rodrigues Alves recomendava prudência com relação à Argentina, porque via a situação política interna ainda como indefinida e pensava que pressões externas como as que levaram o recém-derrubado governo Ramirez a romper com o Eixo redundariam no fortalecimento dos grupos políticos de orientação nacionalista. Em resposta a uma carta de Luzardo, Rodrigues Alves desenvolve essa idéia, dando a sua avaliação da correlação das forças que atuavam na política argentina e das suas conseqüências ao pan-americanismo e à posição brasileira no continente. Depois de identificar os defensores da *hispanidad* – que para Coimbra seria o centro da política externa argentina – com elementos periféricos ao núcleo central do governo portenho, o embaixador conclui:

Estou dizendo a você todas estas coisas para mostrar que a campanha que aqui se faz contra o pan-americanismo

¹¹³ AHI: Carta a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 03/03/44.

está limitada ao pequeno grupo dos nacionalistas e de certos homens de tendências suspeitas.¹¹⁴

Se, na visão de Rodrigues Alves, a campanha de sabotagem ao pan-americanismo era limitada a um grupo não majoritário, o temor de que a Argentina viesse, através da *hispanidad*, tornar-se uma liderança regional nos moldes do antigo Vice-Reinado espanhol lhe parecia algo um tanto remoto, pois

(...) tudo quanto agora está se passando é reflexo de um sentimento que aparentemente dá a impressão de que a ruptura só foi e está sendo combatida pelos nacionalistas extremados, minoria audaz, atrevida e fanática que sonha ainda estupidamente com a ressurreição do Vice-Reinado do Prata, como se fosse possível, no século em que vivemos, incorporar como simples províncias países como a Bolívia, Paraguai e Uruguai, todos eles acostumados a viver dentro de um regime republicano e representativo mais que secular.¹¹⁵

Para Rodrigues Alves, era remota a idéia de que a Argentina tramava uma expansão em moldes territoriais semelhante à da Alemanha na Europa ou à do Japão no Pacífico, uma vez que associava o discurso da *hispanidad* não a Farrell, mas a elementos minoritários. No entanto as injunções de Buenos Aires sobre o CCEDPC e os países vizinhos eram bem mais do que apenas discurso de grupos minoritários passíveis de serem retirados da cena política.

O chefe da missão brasileira, embora fosse bem menos dado a adjetivos pejorativos à Argentina do que Coimbra, não possuía uma visão ingênua da política no

¹¹⁴ Carta a Batista Luzardo. Buenos Aires, 30/03/44. CPDOC/FGV GV 44.01.15/xliii - 67b.

¹¹⁵ CPDOC/FGV GV 44.01.15/xliii - 67b.

Prata. Logo que assumira pela segunda vez a embaixada brasileira em Buenos Aires, em 1938, Rodrigues Alves acompanhou sistematicamente o surto de modernização e ampliação da marinha de guerra argentina, informando regularmente o Itamaraty não só da aquisição de novos vasos de guerra mas também de cargueiros que confeririam à argentina a supremacia no transporte marítimo sul-americano.¹¹⁶ Da mesma forma, interpretou o envio de uma missão de instrução naval argentina ao Paraguai em 1942 como uma medida para contrabalançar a influência brasileira nas forças armadas desse país.¹¹⁷

Contrastando com os que viam a Argentina como um inimigo em potencial, Rodrigues Alves a percebia dentro do espaço da rivalidade político-diplomática do continente. Assim, para ele:

O que a República Argentina sempre pretendeu (...) foi liderar a política sul-americana, dirigindo e orientando, sobretudo, os países de língua espanhola. Existe pelo natural ciúme que desperta o Brasil, de origem lusitana, que sempre foi o [obstáculo] que ela encontrou para a realização do que podemos chamar de ideal argentino.¹¹⁸

Dessa forma, a visão de Rodrigues Alves é também tributária da tradicional rivalidade Brasil/Argentina, e, conseqüentemente, atenta às manobras argentinas para o estabelecimento de uma liderança regional ou continental. No entanto, o embaixador que sempre lembrava os importantes laços econômicos e de amizade dos dois vizinhos, não via a Argentina e o governo do general Farrell como numa posição politicamente ofensiva no contexto interamericano. Pelo contrário, ao avaliar as

¹¹⁶ AHI: Carta a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 10/09/38.

¹¹⁷ Carta a Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 16/12/42. CPDOC/FGV GV 42.01.02/4.

¹¹⁸ CPDOC/FGV GV 44.01.15/xliii - 67b.

negociações frustradas entabuladas por Buenos Aires junto a Santiago, Quito e Assunção em torno do que se esboçaria como um bloco austral, Rodrigues Alves escreve a Luzardo ponderando que

(...) tudo isso revela apenas o anseio da República Argentina de sair do isolamento que lhe havia criado a sua posição de neutralidade.¹¹⁹

De fato, para esse diplomata, a política de fundo da ação argentina para o continente naquele contexto consistia em contrabalançar a sistemática pressão dos EUA e o isolamento político face aos demais países americanos. Não há dúvidas de que nessa visão estão implícitos os interesses argentinos de não se subordinar à órbita norte-americana e de alicerçar uma supremacia regional, principalmente em face do Brasil, e as ações sobre a Bolívia, Paraguai, Uruguai e sobre o CCEDPC atestam isso. Porém, tratava-se, para Rodrigues Alves, mais de uma política defensiva do que de um plano de expansão.

O segmento militar da elite diplomática brasileira, mais sensível a uma percepção geopolítica da realidade irá pensar em outros termos a tensão criada em torno do não reconhecimento do governo do general Farrell. Diferentemente da visão diplomática, que representava a Argentina como uma virtual liderança continental, cuja ação rivalizava com as pretensões análogas do Brasil, a visão militar irá perceber a Argentina como um inimigo em potencial, acentuando uma representação da realidade forjada nos quadros da geopolítica, da rivalidade Brasil/Argentina e do armamentismo. Mais do que questões políticas e diplomáticas, este segmento da EDB monitorou os movimentos de Buenos Aires em prol da construção de uma hegemonia militar.

¹¹⁹ CPDOC/FGV GV 44.01.15/xliii - 67b.

Nesse sentido, o general Eurico G. Dutra, então Ministro da Guerra, ao escrever a Góes Monteiro, situa a questão do *caso argentino* no contexto das preocupações das forças armadas:

Temos quatro *fronts* diferentes a atender: o externo, que exige o preparo contínuo e rápido da FEB; o do nordeste, que ainda não permite um afrouxamento na sua organização, nem qualquer corte nos seus efetivos, porquanto os americanos ainda o consideram de grande importância e estamos, com eles, de acordo; o interno, que nos obriga a uma atenção constante, a fim de que, aqui e nos outros Estados, não se venha a perturbar a ordem; finalmente o sul, que em virtude da atitude tomada pela República Argentina, exige de nós muito labor e ponderação.¹²⁰

A Argentina, que como tradicional rival do Brasil, sempre figurara nas preocupações dos militares, assume, no contexto do *caso argentino*, uma significação tal que para Dutra torna-se parte das diretrizes básicas de ação das forças armadas. Para o segmento militar da EDB, a crise do reconhecimento do governo Farrell – na esteira das tensões acumuladas em torno da neutralidade argentina – irá reavivar o velho temor do expansionismo portenho. O general Góes Monteiro, que depois de oito anos como chefe do estado Maior do Exército, incorpora-se à representação brasileira no CCEDPC em janeiro de 1944, irá avaliar nos seguintes termos a possibilidade de o Uruguai aceitar um “reconhecimento tácito” do novo governo argentino:

Se assim acontecer e o Paraguai tomar idêntica atitude, estará semeado o gérmen da reconstituição dos vice-reinados, como traço de união da futura *hispanidad*.¹²¹

¹²⁰ Carta a Góes Monteiro. Rio de Janeiro, 03/04/44. Arquivo Nacional (AN) AP 51. cx. 14 doc. 13.

¹²¹ AHI: Telegrama nº 8 Góes Monteiro/MRE. Montevidéu, 06/03/44.

A isso se somava a preocupação de que, para o general, havia

(...) um trabalho espiritual nos países sul-americanos, pelo menos nos situados ao sul do Equador no sentido de formar uma frente política ao lado da Argentina sob o pretexto opositivo a pretensas imposições imperialistas dos EE.UU.¹²²

A possibilidade de criação de uma frente de países liderada pela Argentina em oposição à política norte-americana do pan-americanismo, a qual o Brasil atrelara-se oficialmente em 1942, certamente representaria um problema para a inserção Brasileira no contexto latino-americano, de maneira que a Argentina, e não o Brasil, representaria ali um papel-chave. Numa visão em que a rivalidade Brasil/Argentina atua como pano de fundo e que a geopolítica está no centro das percepções do espaço latino-americano, tal possibilidade assume um perfil relevante na visão de Góes Monteiro devido ao potencial de crescimento registrado em sua avaliação das condições estruturais argentinas. Portanto, pensar uma reviravolta no arranjo das forças políticas no continente americano, na visão de Góes Monteiro

(...) não é uma hipótese desprezível se os acontecimentos decorrentes da guerra, ou ainda nas negociações futuras da paz, os EE.UU. não predominarem sobretudo, podendo surgir divergências com alguma das outras potências vitoriosas, o que permitiria então esses países americanos opositores latentes se ligarem a alguma dessas grandes potências para quebrarem a unidade continental.¹²³

O *caso argentino*, na percepção estratégica do general Góes, foi visto não só nas suas causas ou conflitos ime-

¹²² *Memorando do general Góes Monteiro ao Ministro Osvaldo Aranha*. Montevideu, 08 de março de 1944. CPDOC/FGV GV 44.01.15.

¹²³ *Idem*.

diatos mas também naquilo em que poderia repercutir no futuro. Do ponto de vista estratégico, um reordenamento dessa magnitude das forças no continente seria extremamente negativo para a inserção Brasileira pois, na ótica de Góes Monteiro

Somos vizinhos de todos os países da América do Sul, exceto Chile e Equador, e é sabido que o vizinho sempre tem alguma conta a ajustar com o outro, quando este se encontra em aperturas. A Argentina é vizinha do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile, mas todos estes países dependem dela economicamente e por outros laços que estão estreitando-se fortemente, a União Aduaneira projetada e outros fatos ocorrentes são bastante significativos.¹²⁴

A visão de Góes Monteiro aproxima-se dos temores de Décio Coimbra e Batista Luzardo quanto ao perigo que a *hispanidad* representava aos interesses políticos e estratégicos do Brasil. Há, portanto, uma aproximação, com relação a esse conteúdo, entre as visões político-diplomáticas e militares do *caso argentino*, porém a visão militar, que tratava a Argentina como um inimigo em potencial possuía características próprias. Estas características relacionavam-se com um esforço de avaliar com a maior precisão possível as dimensões do poderio econômico e militar argentino.

Dessa forma, o segmento militar da EDB preocupava-se em analisar, dentro de uma perspectiva estratégica, o fortalecimento argentino e as suas conseqüências para o Brasil, no ótica do general Góes:

A Argentina está-se aproveitando da guerra e da sua posição em face dos acontecimentos para se engrandecer e fortalecer. Se a sua situação interna firmar-se até a paz e depois, ela economicamente terá prosperado muito e

¹²⁴ Memorando do general Góes Monteiro ao Ministro Osvaldo Aranha. Montevideu, 08 de março de 1944. CPDOC/FGV GV 44.01.15.

talvez tome a dianteira sobre o Brasil nesse terreno e sobre outros (...).¹²⁵

Na sua avaliação, em poucos anos a Argentina se tornaria superior ao Brasil na área dos transportes (rodoviário, ferroviário e marítimo), na produção primária, educação e renda, e frisava ainda que, enquanto o poder militar brasileiro decresceu no período republicano, a Argentina adquiriu superioridade naval e melhor aparelhamento e organização de suas forças de terra.¹²⁶

Embora não se esperasse uma confrontação armada imediata, ou pelo menos próxima, com a Argentina, a EDB, especialmente os militares, não descartavam essa possibilidade e preparavam-se para um eventual enfrentamento. Logo que Farrell assume a presidência em Buenos Aires e que os boatos e tensões se acentuam nas fronteiras Brasil/Argentina, em março de 1944, o general Góes propõe ao Itamaraty que

Se persistir a tensão política na Bacia do Prata, julgo prudente entrarmos em combinações sérias com os EE.UU., indagando até que ponto esse país iria no caso de se agravar a situação sul-americana, a fim de procedermos em consequência e estabelecermos as disposições militares que tivermos de tomar conjuntamente.¹²⁷

Não era exclusividade de Góes Monteiro a orientação de preparar o Brasil para um eventual enfrentamento com a Argentina, o temor que se manifestava na visão de Décio Coimbra foi pelo segmento militar da EDB levado às negociações em torno da cooperação militar Brasil/EUA. As condições em que se deram a ruptura da Argentina com o Eixo (com a presença da esquadra

¹²⁵ *Memorando do General Góes Monteiro ao Ministro Osvaldo Aranha*. Montevídeo, 08 de março de 1944. CPDOC/FGV GV 44.01.15.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ AHI: Telegrama nº 13. Montevídeo, 13/03/44.

norte-americana para o Atlântico Sul ancorada no Prata) e o seu desdobramento no *caso argentino* levou os EUA a reconsiderar as antigas reivindicações da cúpula militar brasileira em torno do envio de parte dos armamentos adquiridos nos EUA para a defesa do nordeste brasileiro para as regiões fronteiriças com a Argentina. Assim, o general Dutra noticia ao seu colega de armas que:

Os americanos têm compreendido as nossas dificuldades, *maximé* após a evolução dos acontecimentos no Sul, e nos forneceram uma boa dose de material bélico, que está em viagem direta, com o fito de melhor aparelhar as unidades da 3ª Região Militar [correspondente ao Rio Grande do Sul], a fim de que possamos enfrentar a situação internacional com mais eficiência.¹²⁸

Embora em alguns momentos a visão militar do *caso argentino* se aproximasse da visão político-diplomática, a inserção burocrática dos elementos que a construíram resguardava-lhe uma especificidade, uma vez que o centro de suas preocupações era avaliar as condições objetivas de a Argentina contrapor-se à construção da hegemonia militar brasileira no subcontinente em consonância com o pan-americanismo.

As representações elaboradas pela elite diplomática brasileira a respeito da Argentina durante a crise do não reconhecimento do governo Farrell estiveram intimamente associadas com as políticas efetivadas pelo Brasil a respeito da questão. A ação política do governo Vargas irá se dar entre os dois modelos de representação da argentina aqui analisados.

Em decorrência do temor de que Buenos Aires viesse a exercer uma liderança sobre os demais países do continente, o Brasil monitorou atentamente os esforços de a Argentina compor, ou pelo menos anunciar, uma base

¹²⁸ Carta a Góes Monteiro. Rio de Janeiro, 03/04/44. AN: AP 51. cx. 14 doc. 13.

de apoio hispano-americana às suas posições marginais ao pan-americanismo. Nessa direção, a ação política do Brasil – previamente acertada com os EUA – se dará no sentido de administrar esforços para enfraquecer a posição argentina na política continental, especialmente no CCEDPC.

Sob a perspectiva de que a Argentina, mais do que disputar a liderança regional, poderia configurar-se como um inimigo em potencial, o Brasil deu continuidade ao reequipamento e modernização de suas forças armadas, e conseguiu convencer os EUA a fornecer armamentos não só para a defesa do nordeste – ponto central da estratégia norte-americana para a defesa continental – mas também para as regiões fronteiriças com a Argentina, de maneira que o Brasil pôde garantir a superioridade militar na América do Sul.

Bibliografia

ALLISON, Graham. *Essence of decision*. Boston: Little Brown, 1977.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.

BEMIS, Samuel Flagg. *The Latin-American Policy of United States*. New York: Notron Library, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. In: *A Revolução de 1930. Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: CPDOC/FAV/ Universidade de Brasília, 1983.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ESCODÉ, Carlos. *El boicot norteamericano en la Argentina en la década de 40*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1988.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. In: _____. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

POTASH, Robert. *El ejercito y la politica en la Argentina (1928-1945)*. De Irigoyen a Peron. Buenos Aires: Sudamericana, 1980.

RODRIGUES, José Honório. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente à questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990.

SVARTMAN, Eduardo M. *Estrutura narrativa e sujeito na historiografia da política externa brasileira da II Guerra mundial*. Datilografado. Porto Alegre: CPG-História UFRGS, 1995.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *As relações Brasil/Argentina no contexto da II Guerra Mundial e a questão dos movimentos militares de fronteira (1942-1944)*. Monografia. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

Os estudos que Eduardo Munhoz Svartman reúne neste *Política externa e região em tempos de crise* mantêm entre si relações estreitas em variadas formas de leitura. Constituem efetivamente um conjunto articulado de análise histórica, a demandar sua reunião em livro, para além de comporem o registro de uma fase da produção acadêmica de seu autor, sempre marcada tanto pelo rigor da pesquisa quanto pela qualidade do texto, o que já se prenunciava claramente desde os tempos da graduação na PUC-RS.

A temática central a unificar o conjunto dos textos, complexa e já contando com larga bibliografia em pesquisas recentes e obras consagradas, é a política externa brasileira em um contexto de crise e de transformações, tão profundas quanto aceleradas, nos cenários mundial, regional e nacional. As análises aqui reunidas, perfeitamente à altura da complexidade do tema que enfrentam, serão certamente uma peça enriquecedora e valiosa daquela extensa bibliografia.

De fato, o binômio global-regional incidindo sobre as realidades nacionais – talvez o grande eixo analítico e conceitual do conjunto dos artigos –, pensado pelo autor na conjuntura do entre-guerras e no imediato pós-1945, lança variadas luzes para o entendimento dessa intrincada tensão, posta no tempo presente.

As reflexões aqui reunidas são uma referência muitíssimo consistente, e sem concessões para análises pré-concebidas, em qualquer discussão séria, no mundo acadêmico ou fora dele, sobre a questão multifacetada da cooperação (e dos conflitos) regionais em uma ordem internacional marcada pelo processo, igualmente complexo e contraditório, de globalização.

É assim que Eduardo Svartman, centrado no exame da inserção brasileira na região platina, no continente americano e no mundo, exhibe aqui sua maturidade como historiador, esgrimindo com segurança uma fundamentação teórica a um tempo clara e sofisticada e visitando diferentes e complementares metodologias, com destaque à direção comparativa.

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira
(PPG em História da PUC-RS)

ISBN 85-89769-23-2



9 798589 769234

 **PPGH**
Programa de Pós-Graduação em História UFF

NERI
Núcleo de Estudos em Relações Internacionais

méritos
editora
www.meritos.com.br